

# BOLETIM

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae  
São Paulo - Setor de Publicações - Ano V nº 22 - Abril - Maio de 1996

## ENTREVISTA

### Melancolia pós-Curso

#### Intervalo de Escuta

Trecho de conversa de "Bar do Seu João": colegas de quarto do Curso de Psicanálise expressavam seus princípios sinais de saúde amaldiçoada, quando alguém lhes falou da melancolia, mas "não se referia a seus sentimentos".

Para os membros do Departamento que terminaram o curso, está sendo feito um seminário sobre a Melancolia. Há notícia de que poderão ser propostos, nos próximos anos, outros seminários para os "formados". Atualmente, o seminário coordenado por Anna Maria Amaral tem a participação de oito ex-alunos. É uma experiência piloto, cujo objetivo e resultados procuramos divulgar a partir de entrevista realizada pela equipe do Boletim:

**Boletim** - O que você pretendia ao propor esse tipo de trabalho dentro do Departamento?

**Anna Maria** - Acho que, além do Curso, o Departamento tem condições de manter espaços, estimulantes e prazerosos, para pesquisa, discussões clínicas e troca de idéias. Se alguém, que está pesquisando determinado assunto, pode convocar outros membros. Nessa situação, o interesse comum permite que surja um grupo onde há verdadeira troca de experiência entre colegas. É um bom momento dessa nossa formação infante.

**Boletim** - Você acha que pode ser melancólico terminar o curso?

**Anna Maria** - Acho que não. Todo mundo que termina o curso está começando alguma coisa. Penso que geralmente é assim. Se o Curso deu isso, base para começar, já deu muito. Com a possibilidade de seminários, vários campos também se abrem, ainda no Departamento. Acho que são importantes para que os membros do Departamento discutam sua clínica.

**Boletim** - Segundo o modelo em que você está pensando, não os professores do Departamento que propõem os seminários?

**Anna** - Não necessariamente. Uma outra possibilidade também seria desejável, a de um grupo interessado em determinado tema reunir-se e convidar um professor do Departamento, ou, ainda, convidar membros que não sejam professores ou trabalhar autonomamente. Existem várias possibilidades.

**Boletim** - O que fez você escolher a melancolia como tema, ao propor esse tipo de atividade dentro do Departamento?

**Anna** - Fui interessada nas depressões que aparecem na clínica, principalmente em pacientes não psicóticos. Tenho pensado na depressão também em relação ao que acontece

## EDITORIAL

No processo de Assembléia pelo qual vimos passando, vemos o esforço do Departamento em buscar as transformações necessárias para que cada um de nós - e outros por vir - encontre aqui lugar de pertinência para fecunda produção. Abertura: para os de fora e para os de dentro. O eixo para todos: a psicanálise; para os membros, a clínica. Coisa tão de dentro: "A questão é como fazer circular a clínica na instituição de forma mais ampla... Não existe espaços de acolhimento da clínica de cada um". Vem a proposta dos ateliers teórico-clínicos que começaram a ser discutidos, como podemos conferir abaixo, na transcrição do nosso encontro do dia 20 de abril; seria "uma formação mais plástica" onde haveria "livre escolha de pares e temas para discussão clínica. Isto significa algum tipo de reorganização de poder no Departamento". Sim. "E os setores? Há que se reconhecer para que serve cada coisa (os ateliers, os setores). Mas há algo aí que precisa ser melhor explicitado e que se está querendo dizer". De qualquer maneira, aquela forma única de organização do Departamento, há muito, se mostra insuficiente. Trabalhos de diversos grupos têm se colocado de outras formas.

Neste Boletim, alguns textos bem ilustram isso: o do encontro de pessoas interessadas em promover determinados eventos; outro do "grupo do quinto ano" para discutir questões da clínica; a entrada de professores no Departamento, via corpo docente do Curso, cuja lista publicamos para conhecimento dos interessados; e, ainda, um conjunto de textos escritos pelo grupo da clínica contando de seu trabalho na clínica do Sedes, sem que, por enquanto, tenham se constituído como setor no Departamento.

A produção destes últimos é de autoria do respectivo grupo e o papel do Boletim foi encapular. Esta foi a sugestão que nos chegou e, desde já, resolvemos levá-la adiante, por entendermos que viabiliza possibilidades de desdobramento desse nosso veículo de comunicação. Assim, qualquer membro ou grupo que se disponha a produzir determinado material para este periódico, desde que em contato conosco e seguindo determinados parâmetros que temos, será muito bem vindo. Uma espécie de participação especial que cuidaremos de publicar.

Nessa mesma trilha de diversificação-produção, procurando conhecer, de uma outra perspectiva, as margens daquilo que temos chamado "dentro-fora/abertura", a partir deste número, editaremos um primeiro grupo de entrevistas com pessoas que são do Departamento, fazem atividades com pessoas do Departamento, fora do Departamento, após algumas tentativas frustradas de aqui estarem. De qualquer forma, o que também notamos a partir daí, e de uma rede considerável de interlocução de grupos ou pares, é a capacidade do Departamento enquanto agenciador desses encontros. Uma espécie de positividade de avessos.

E trabalha-se! Segue o relato de uma das mais interessantes discussões da Percurso, referente ao número 15, assim como uma sinopse do próximo, além de um informe sobre o funcionamento do grupo.

Há também uma síntese do debate promovido pelo Setor de Saúde Mental sobre a implementação do PAS e algumas de suas consequências.

Finalmente, notificamos que o grupo do Boletim passa por mudanças. Uma pessoa sai e duas outras, muito bem vindas, estão chegando: Anna Corrêa, que retorna após um período de afastamento, e Camila Salles Gonçalves. Em um texto gratificante para o grupo e, esperamos, cativante para outras no que diz respeito à ocupação deste espaço, Camila conta como entende sua participação no Boletim.

Ainda, para o próximo número estaremos recebendo material até o final de agosto e, por norma estabelecida, não mais manuscrito. Atenciosamente,

Lowrdes Costa

transferencialmente. Quem refletir a respeito de momentos, fases da análise. Acho que não existe análise sem períodos de depressão.

**Boletim** - Não é nestes períodos que aparece, dependendo da intensidade, a questão de alguns avulsos necessitarem de medicação?

**Anna** - Penso que não adianta fazer afirmações gerais sobre esse assunto. Mas, seguramente, há situações em que a análise pode lidar com a depressão sem concurso da psiquiatria. Por outro lado, a Psicanálise deve pensar a depressão no seu campo, que não é o campo psiquiátrico.

**Boletim** - Sem querer entrar nessa polêmica, só uma pergunta: não há casos em que a medicação possibilita a análise?

**Anna** - É claro que a medicação pode trazer alívio, atenuar sintomas etc., mas não sei se tem a função de "possibilitar" a análise. Há casos em que o analista precisa encaminhar para o psiquiatra porque não está conseguindo escutar alguma coisa. Na França praticamente não existe isso. Lá, os analistas suportam esses períodos depressivos.

**Boletim** - Você pode dar um exemplo, para além da sua participação, o uso passado, nas "Leituras de Freud", do pensamento psicanalítico a respeito da melancolia?

**Anna** - A melancolia diz respeito a aspectos primitivos, arcaicos da psique. É sentimento de perda. A análise se dá às vezes um informe, no arcaico, presente na transferência.

**Boletim** - Como assistir?

**Anna** - Na análise há momentos de grandes dificuldades em que parece que nada passa. Em muitos desses momentos, o analisando está vivendo uma grande depressão ou mesmo um estado melancólico. Às vezes, enviar para o psiquiatra é perder um momento transferencialmente fecundo, onde o analisando pode estar, através de fantasias inconscientes, vivendo uma proximidade muito grande com o analista. Uma analisanda, por exemplo, pode estar vivendo aspectos homossexuais com a mãe. A medicação aplica

a angústia e a depressão, mas também impede essa vivência do informe, do arcaico. Muitas vezes o psiquiatra entra, inconscientemente, para fazer parceria com o analista. Acho que em momentos de crise seria importante rever o número de sessões. Mas isso às vezes não é possível.

**Boletim** - Mas se toda análise tem uma fase depressiva...

**Anna** - Não que tenha uma fase depressiva. O que há são momentos de depressão no processo analítico. É preciso salientar que depressão é perda. Quando algo que tem a ver com os primórdios é tocado, a depressão aparece.

**Boletim** - Há um caminho para fora disso?

**Anna** - A limitação da realidade psíquica pelo reconhecimento da perda pode ser criativa. Ela pode então crescer para fora e não só enquanto fantasia. Há perda de ilusões, perda de onipotência.

**Boletim** - O que é realidade psíquica?

**Anna** - Não vou ficar delirando, você sabe. Mas a realidade psíquica se dá para a escuta, quando se escuta um analisando como se escuta um sonho.

**Boletim** - Quando se escuta um sonho como Freud escutava?

**Anna** - Freud escutava de várias maneiras. O que importa lembrar agora é a escuta da clínica "fazedora" de teoria.

**Boletim** - Como é o percurso da teoria no seu grupo de seminário?

**Anna** - Recordamos a denominação dos gregos, a de "biler negra", para estados reconhecidos por sua medicina, estudamos textos que descrevem o modo pelo qual a melancolia era vista na Idade Média...

**Boletim** - Tudo isto?

**Anna** - Não são pesquisas exaustivas. Longe disso. Às vezes a informação vinda da História e da Antropologia ajuda a formular questões. Da nossa bibliografia escolhida fazem parte os textos de Freud afins com *Luto e Melancolia*. Mas também procuramos destacar a teoria que, desde o Projeto,

está relacionada com questões sobre a melancolia. Trabalhamos também com *Pulsões e Destinos da Pulsão*. Estudamos a relação da melancolia com o narcisismo, em Freud e em pós-freudianos. Fizemos lendo textos de Guy Rosolato, *Boletim* - Podem dizer quais são?

**Anna** - "O Narcisismo" e "O Fixo Narcísico das Depressões" no livro que se chama, traduzindo o título também, *Relação de Descoberto*.

**Boletim** - (risos) Que pena que não dá para pedir para você explicar tudo isso.

**Anna** - (risos) Lá também eu não explico.

**Boletim** - Como é que dá para entrar nessas florestas conexas e não perder de vista a clínica?

**Anna** - O caminho do grupo tem sido o de manter esse conjunto de leituras entrecruzado por seminários clínicos.

**Boletim** - Você se deparou com algum tema específico relacionado com a depressão e a melancolia?

**Anna** - Vários. O grupo vai fazendo suas associações e escolhas.

**Boletim** - Você parece ainda mais interessada do que quando "bolou" o seminário.

**Anna** - Estou super-interessada. Fico triste quando falta o grupo.

**Boletim** - Quanto não?

**Anna** - São oito. A troca tem sido gratificante e estimulante, é o que posso dizer, embora estas palavras não expressem muita coisa.

**Boletim** - Você acha que o grupo vai fazer?

**Anna** - Uma de vocês me disse que pretendiam entrevistar as pessoas do grupo. Se essa entrevista possibilitar a criação de novos grupos, ficarei muito satisfeita.

**Boletim** - Pretendem. Muito obrigado.

1. No nosso país o Departamento produz um boletim de circulação estadual (a revista de Freud), promovido pelos professores, com a publicação de artigos e de outras atividades. Assim, Maio, Junho e Setembro de 1995 comemoram Luto e Melancolia.

## ASSEMBLÉIA

### Transcrição

Dando continuidade ao trabalho de registro do processo de Assembléias pelo qual estamos passando - onde estamos discutindo a abertura do Departamento - segue o relato de nosso encontro de 20 de abril de 1996. De novo, pretendemos transcrever as falas de cada um, o mais cuidadosamente possível, com nenhuma intenção - ao contrário - de tirar-lhes seu "tom da hora". Em sua coloquialidade, ficam melhor registrados diversos movimentos pelos quais vamos nos constituindo. De qualquer forma, erros de registro podem haver, portanto, se alguém considerar que o que está escrito não corresponde à sua fala em determinado momento, favor nos contactar, para fazermos as retificações necessárias antes da próxima assembléia, dia primeiro de junho.

**ISABEL** - Iniciamos esta Assembléia com a enorme responsabilidade de coordenar o processo de abertura do Departamento, iniciado praticamente com a criação do mesmo.

A abertura e a pertinência são questões que se constituem em um desafio para qualquer instituição e, principalmente, para uma instituição de analistas.

Estamos cientes de que, neste momento como em tantos outros do Departamento, cada um de nós - tem uma responsabilidade de ordem ética na possibilitação de uma discussão fecunda e não paralizante das questões que nos trouxeram aqui hoje.

Todos nós, desde os lugares mais diferentes: como Comissão Coordenadora Geral, como autores de propostas ou como leitores das mesmas devemos zelar por um processamento adequado e enriquecedor das diferentes possibilidades de abertura e pertinência.

Cabe à esta Comissão Coordenadora Geral dispor, segundo certa ordem e método a discussão e votação destes temas.

Nesse sentido, parece-nos oportuno recolocar as questões de abertura e pertinência, historicamente, já que várias das propostas que vocês receberam fazem menção à necessidade de apropriação da história do Departamento. Parece-nos importante lembrar que a questão da abertura do Departamento, a outros membros para além dos atualmente reconhecidos (alunos, ex-alunos e professores do Curso), esteve presente no primeiro estatuto redigido e

foi deixada em suspenso por um prazo inicialmente previsto de um ano, já que considerou-se - na época - necessário consolidar melhor a estrutura do Departamento, antes de abri-lo a novos membros.

Isto aconteceu há 11 anos...

Na Assembléia de Maio de 1995, por absoluta maioria, foi votada finalmente a abertura do Departamento que trouxe à tona várias novas questões: Para quem abrir? Com que critérios e procedimentos? Qual a instância responsável para a aplicação destes critérios e procedimentos?

Também desde o primeiro estatuto do Departamento a questão do que significa ser membro do Departamento mobilizou importantes discussões.

Estabeleceram-se como critérios de pertinência o engajamento nos valores e a produção de texto dos mesmos como uma tentativa de diferenciar a pertinência de uma filiação institucional ou mera inscrição formal.

Este critério de produção apontava o reconhecimento da atividade dos membros tanto no sentido de proporcionar espaços de formação permanente quanto para favor-

rever a pesquisa, o desenvolvimento da Psicanálise e o trabalho de produção do Departamento como tal, isto é sua organização, questionamento, etc.

Com o passar do tempo constatou-se que este critério não dava conta das diferentes inserções dos membros do Departamento, nem abrangia os momentos pessoais e as diferenças de percurso de cada um.

Constatou-se que existem membros do Departamento que se inserem esporadicamente em algumas atividades do setor, outros que participam de grandes eventos, conferências, assembleias, sem necessariamente estarem trabalhando em setores. Foi em função de perceber que o atual estatuto não considera as pessoas cogajadas desta forma como membros do Departamento, apesar de existir um reconhecimento implícito de sua pertinência a esta instituição, que a discussão sobre diferentes categorias de membros surgiu pela primeira vez em 1990 através de um projeto elaborado pela CCG da época que sugeria estabelecer duas categorias de membros.

Esta proposta começou a ser discutida mas não chegou a ser votada na época. Retrospectivamente podemos pensar que contribuiu para abrir um espaço de discussão de outras questões que marcaram as produções dos membros do Departamento, principalmente no último Congresso interno de 1994.

As perguntas sobre quem somos, que Departamento queremos, quais os critérios de reconhecimento, quais as categorias estabelecidas de fato no Departamento, sucederam-se até culminarem no projeto de abertura do Departamento.

Na mesma Assembleia que votou a favor da Abertura do Departamento foi escolhida também por votação a Comissão Provisória de Pertinência que apresentou sua proposta para discussão na Assembleia de novembro de 1995, encerrando suas atividades nessa mesma data.

Esta comissão recolheu as propostas apresentadas por outros membros do Departamento, reuniu-se com os diferentes setores e fez um trabalho composto de duas partes: um relatório da Comissão Provisória de Pertinência e a proposta propriamente dita.

Consideramos importante resgatar do relatório da Comissão onde estão contidas as inquietações de amplos setores do Departamento, o eixo organizador da discussão a ser processada hoje.

Lembramos ainda que a partir da discussão da última assembleia surgiram novas propostas que nos permitem uma aproximação da possibilidade de votação e resolução de algumas questões e que, sem dúvida abrem outras para aprofundamento e discussão.

A Comissão Coordenadora Geral considera que as novas propostas, apresentadas recentemente, contêm diversas considerações em relação à organização do Departamento que precisam ser melhor discutidas dentro do Departamento antes de serem submetidas à votação.

Incluimos aqui a questão da organização em setores, as afirmações sobre poder e reconhecimento, questionamentos éticos e políticos, percurso pessoal, identidade do Departamento e outras sugerindo uma pauta interessante e polêmica para a organização de um novo Congresso Interno.

Por outro lado, estas propostas também apontam ideias e sugestões para o tema que convoca esta Assem-

bléia e que se refere à ABERTURA e PERTINÊNCIA no Departamento.

Parece-nos importante não deter este processo, o que não significa que ele possa ser revisto quantas vezes for necessário ao construir de nossa história institucional.

Propomos então organizar a Assembleia de hoje em torno da discussão e votação de 3 questões fundamentais.

Avaliamos que uma decisão adequadamente discutida sobre esses 3 eixos define a possibilidade de trabalharmos - a posteriori - na discussão das diferenças específicas de cada proposta em relação a elas.

**CRISTINA**- O documento da CCG faz um bom apêndice dos antecedentes da Abertura do Depto. para novos membros e das discussões até a assembleia de 2 de dezembro de 1995. É importante que tenha deixado claro que o trabalho da Comissão provisória de pertinência (CPP) terminou em novembro do mesmo ano. O três eixos que a CCG propõe para hoje são corretos mas depois surgiram novos documentos. Esses trabalhos levantam questões a respeito da estrutura do Depto. e problemas sobre o exercício e circulação do poder, que são assuntos muito complicados. Por tanto, antes de nos centrarmos nos três eixos, propoio esquematizar a discussão. (Passa e ler trechos de documento elaborado por ela, "Algumas notas preparatórias para a assembleia do dia 20 de abril de 1996". Esse material com suas respectivas observações feitas na própria assembleia, nos foi enviado por Cristina e segue abaixo publicado.)

**MIRIAM**- Como podemos pensar para quem a gente vai abrir sem pensar na discussão que está havendo hoje no Depto.? Que lugar a clínica tem? O que a gente quer nesse Depto.? Talvez pudéssemos inverter a ordem das votações. Não consigo pensar para quem abrir sem pensar o que é esse Depto.

**LAURINDA**- Quando li os documentos tive um certo impacto e desagrado. Nos diferentes documentos o eixo que se pretende dar é o da clínica. Como se viabilizar isso de um modo mais satisfatório. Mas não podemos votar hoje por conta dessa definição. Estou precisando sua pergunta.

**MANIA**- Já que temos considerações sobre o que se quer, o que acontece? (Pergunta à Miriam sobre documento) Em que os ateliês clínicos (AT) difeririam do espaço aberto? Estes também seriam para divulgação teórica e interlocução. Por que ATs seriam melhores? Em que seriam diferentes dos espaços que já existem para isso mas que não seriam usados?

**ISABEL**- Não está fechada a possibilidade de discutirmos as propostas. Queremos que a discutamos em turno desses eixos. Aliás a discussão é importante. O que nos parece importante é que a discussão não se perca, e se saia da assembleia com a sensação de não ter definido determinados pontos. A CCG recebeu muitas críticas na assemb. anterior pela falta de votação.

**CLÁudia**- Essa questão da clínica se colocaria no Depto. ou estaria referida a algo muito mais amplo, a clínica na psicanálise? Essa discussão muito mais ampla não deveria ser feita em outro lugar?

**MIRIAM**- O Depto. não está estruturado em função da clínica. Todos concordam que o eixo é clínico e isso tem consequências. Tem que se pensar numa estrutura de clínica que não existe atualmente no Depto.

**MARIO**- Sou a favor de fazermos uma associação de analistas que admita outros profissionais em condições especiais. O que é isso do analista não clínico? Deve corresponder a alguma realidade histórica, algo que atravessa o campo, mas que não está processado. Como fundamentar o tripé formativo? Freud disse que a psicanálise era um método de investigação, produz teorias parciais do funcionamento psíquico, e propõe uma prática de intervenção clínica na neurose. O elemento de investigação, a clínica, é algo inerente à psicanálise.

Temos que definir formas de aproximação e pertinência que possam ser fantásticas para colaborar, fazer questões importantes para o Depto. Outros profissionais podem trazer aportes muito importantes sem serem membros do Depto.

**MARA**- Eu queria propor para a mesa que não encaminhasse a coisa de maneira tão dividida. Cada uma das propostas pode levar em conta todos os pontos. Uma discussão está vinculada à outra. Não é preciso priorizar um tema sobre outro. As propostas não vieram do nada. Partir da proposta e ligar com o que foi lido antes.

**MANIA**- Mas afinal, qual a diferença entre espaço aberto e os ATs? Não são formas diferentes e propósitos iguais? O que move alguém a querer participar do espaço aberto? E do AT? O que moveria alguém a querer participar de um ou de outro? Por que não foram ao espaço aberto? Como inibir o desejo pelo AT? Como dar conta da falta de interlocução?

**CRISTINA** (Lê p. 12/caderno I sobre dispositivos de reconhecimento e os ATs: "A discussão da pertinência deve estar pautada essencialmente pela ideia de fortalecimento do eixo da clínica, cujo reconhecimento deve ser um de nossas referências. "Já é uma boa proposta-coincido com a ideia de fortalecimento do eixo da clínica, mas não coincido com a afirmação nesta assembleia de que em nosso Depto. não existe clínica. Posso falar dos setores em que participo. No Setor Curso trabalhamos a prática clínica nas supervisões e nos seminários, articulando com os conceitos teóricos. O Setor Saúde Mental é atravessado por grandes problemas políticos, mas se discute clínica, se trabalha permanentemente na invenção de modalidades de trabalho clínico. O Setor Clínica dispensa comentários, e o de Publicações e Grupo de Estudos, outros colegas terão mais elementos para falar. O antigo Espaço Aberto era um encontro pontual onde um psicanalista apresentava alguma questão clínica para ser escutada e trabalhada nesse dia. A proposta dos ATs têm antecedentes nas instituições psicanalíticas: são grupos de trabalho com uma duração maior no tempo, uma coordenação, um espírito de interlocução e produção, e até um objetivo de publicação. É um projeto muito bom e me proponho a participar de sua construção. Não entendo o ponto colocado na p. 15/caderno I: "A questão da pertinência e as constituições dos ATs como eixo do Depto. de Psicanálise leva a uma redefinição do funcionamento dos setores". Gostaria que esse ponto fosse mais desenvolvido. Vocês querem recolocar a questão dos setores? Onde vão entrar os novos membros? (Lê p. 9, item 2, caderno I). O que vocês querem? Mudar os setores por eles não serem plásticos? Mas o Setor de S. M. é plástico.

**ELIANE**- A proposta é mais plástica-os ATs pode-se montar e desmontar.

**CRISTINA**- Não pode montar e desmontar, não. É para trabalhar um ano e publicar.

**MIRIAM**- O que a gente tentou pensar foi que não há

algo formulado e estabelecido a priori. Você escolhe com quem você está a fim de conversar. Põe um cartaz e vê o que pinta. O AT é um espaço não formalizado, acontece via o desejo de troca e de conhecimento do trabalho do outro. O que não se queria era um espaço cristalizado, petrificado.

**ELIANE:** Ter um grupo com quem você possa transferir e organizar a transferência é importante. Organiza-se um campo de trabalho onde o desejo pode ir funcionando. Um grupo coordenado promove o trabalho. O AT tem uma formação mais plástica e está num lugar diferente do setor. No Setor de S. M. estamos tendo uma experiência bastante dura por conta da desarticulação da saúde mental no município. O fato de termos um organismo, o Depto., que nos coloca questões como: e o setor?, tem nos sido valioso para garantir o não esfacelamento do nosso grupo.

**ISABEL:** A proposta dos ATs é ótima. Talvez possamos discutir um pouco sua fundamentação. Para alguns ela está no fato de que não há clínica no Depto.

**RENATA:** A idéia não é AT versus setores. Está colocada em questão a obrigatoriedade de pertinência aos setores. Não está se colocando em jogo a existência dos setores, mas sim pertencer a eles. A clínica existe nos setores, mas o que se propõe é que ela circule fora deles. Os ATs como forma de circulação da clínica de todos, não como apresentação onde os outros recebem passivamente e discutem.

**CLEUZA:** Não é no lugar do setor que o AT deve vir. Não é que não exista clínica. Sim, existe clínica em todos os lugares. Não existe troca. No ano passado centramos a discussão em torno das nossas produções: ciclo Freud. Houve um espaço de troca teórica que não existia muito. A idéia do AT; possibilidade de estar trocando não intra setores mas inter setores.

**RUBEM:** Há clínica em todos os setores e muita. Na revista, no Grupo de estudos. A Pergunta não é uma questão acadêmica ou jornalística; o eixo é justamente a clínica. A questão é como essa clínica se coloca e o que fazemos com ela. Que algum membro do Depto. diga: eu não sei como vai a clínica na Pergunta, diz de como não há interlocução. A mesma coisa em Grupo de estudos. Não é a clínica no sentido de luta com o sintoma. Talvez se possa dizer que não temos circulação suficiente da experiência. O AT pode ser confundido com grupo de estudos. Todos temos grupos com os amigos. A questão é como fazer isso institucionalmente. Deve haver comodidade, acolhimento. A questão é como colocar a clínica na instituição de forma mais ampla.

**MIRIAM:** Há um tabu em relação a cada um falar de sua própria clínica. Há clínica no Depto, mas não existe acolhida e espaços para falar da angústia em relação à clínica. O espaço aberto impediu esse acolhimento; é a isso que nos referimos quando se diz que não há clínica.

**MARIO:** O elemento que foi apontado de isolamento é bastante interessante. Tenho colocado como até certa centralização pode ser interessante para operar mecanismos de ruptura desse isolamento. Tanto mecanismos micro como macro. Freud falava que na fobia é importante empunhar certas coisas para fazer acontecer outras.

**KITTY:** Há um esforço para quebrar as coisas cristalizadas: circulação dos lugares. Agora estamos indo além. A proposta do AT é estabelecer relações diferentes entre as pessoas; formas de reconhecimento em outro esquema.

**DAVID:** Eu estou desde 91 batalhando em torno do espaço

da clínica no Depto. Vejo com muita alegria os ATs como viabilização disso. A questão crucial para o destino dessa proposta é que os ATs não reproduzam o esquema de isolamento, ao qual eles vêm responder num primeiro momento. Tem que se pensar em mecanismos de viabilizá-lo ou se espera que o próprio movimento dos ATs apresentem formas de ir se propondo. Temos uma questão decisiva: pode haver setenta ATs isolados ou setenta ATs interligados.

**TEIETA:** Fico feliz que você tenha afirmado algumas coisas hoje aqui, Miriam. Eu sempre te via muito mais perguntando. Eu tentei uma inserção nesse Depto. desde oitenta e oito, via clínica. É muito complicado ouvir que não existe clínica no Depto.

**MIRIAM:** Não é que não exista clínica. Não existe espaços de acolhimento da clínica de cada um.

**TEIETA:** Não com isso eu concordo. Dentro dos setores existe clínica.

**JANETE:** É importante a livre escolha de pares e temas para essa interlocução. Essa possibilidade é a grande novidade. Isso é muito importante; é um exercício que não temos feito. Vai se somar e não se subtrair. Quando se entra num setor as coisas já estão esquematizadas - até por sua própria existência.

**ISABEL:** AT: isto significa algum tipo de reorganização em termos de poder no Depto. Politicamente, ele implica em algum reposicionamento enquanto sistema de poder - uma reformulação - e isso tem que ficar explícito.

**SILVIA:** A questão dos ATs traz, em si, a idéia de criar espaços de interlocução e isto sempre esteve presente. Por outro lado, o que não se pode deixar de reconhecer é uma certa resistência de que isso funcione. Essa é a questão que a Mania coloca. A cada tentativa para circular as idéias que se vão tendo, há que se vencer uma resistência que está posta. Concordo que a gente tem que ir fazendo e não ficar analisando mais dois anos essa resistência, mesmo porque isso não se consegue. A forma proposta é muito interessante. É um processo, um momento; já houveram outros. O quanto ano reflete um momento em que há o desejo que isso aconteça. Os ATs levariam também a um questionamento do funcionamento dos setores. Parece que aí há algo que precisa ser melhor explicitado e que está se querendo dizer. O que são os stores dentro do Depto.? Mas onde que as pessoas vão entrar se os setores estão fechados? Mas como assim? Ninguém resolveu que o Depto. tem que ter quatro setores e que, se estão fechados, ninguém mais pode entrar. Se estão fazendo oitenta e quatro coisas, que haja oitenta e quatro setores. Eles são uma forma de organizar o Depto. Não acho que se deva carregar os ATs de tudo porque assim não vão funcionar. Eles são fundamentais - há que se reconhecer para que se use cada coisa.

**RENATA:** Acho que a Silvia pegou muito bem. (Refere-se ao item 2 da proposta de pertinência) Tem sim uma tentativa de questionamento dos setores. Recomenda-se a entrada via o AT e, eventualmente, via setor. O estatuto reza que a pertinência deve se dar via a produção num setor. Não é anular a organização dos setores e sim alterar sua concepção e seu lugar. É considerar outra produção criativa. O que tem que ser discutido é se o AT vai ser o eixo ou não. Se um membro pode só participar de um AT. Deve se pensar se na entrada do Depto. essa recomendação de participação no AT torna-se obrigatória.

**NELSON:** Acho muito importante os ATs. Acho importante circular a clínica; é importante que haja a idéia de

circular mas não se pode perder de vista que é algo muito pessoal e delicado.

**CIDA:** Como circular o poder no Depto? AT pode ser aberto mas não garante. Pode ser espaço de repetição. Existem princípios gerais que permitem votar. A gente pode votar e ver essas questões no fazer. A discussão do poder é importante e tem que ser levada, mas em outro momento. Quando se fala que não há acolhimento, do que se está falando?

**ELIANE:** (Lê p. 5/caderno 1. Coloca questões sobre o documento e diz que sejam leituras equivocadas.)

**ISABEL:** São questões tão delicadas que deveríamos fazer um congresso interno para essa discussão. Parece que todos nós temos muito a dizer sobre isso. Essa é uma leitura que não estava prevista nessa assembleia. Essa discussão não é necessária para votação do esqueleto - não é a carne. Há afirmações sérias que teríamos que discutir em outro momento, onde todos possam estar se colocando sobre isso.

**ELIANE:** Os ATs teriam também momentos mais ou menos cristalizados e isso é inevitável. Movimentos instituídos e instituintes fazem parte. Os ATs poderiam ser muito ricos mas não respondem à questão do poder.

**MIRIAM:** Concordo com a Cida que a gente tem que discutir a questão do poder em outro momento. A idéia contida no documento é de uma abertura para discussão.

**ISABEL:** Vou fazer um apelo para a gente avançar na discussão de hoje. Sugiro criar uma jornada para se discutir isso, onde outras pessoas poderão se manifestar.

**RENATA:** (Sugere modificações nos itens a serem votados. Propõe que se incluam pessoas com outra formação e com clínica.)

**ISABEL:** Outra formação não é igual a ser analista.

**MIRIAM:** Deve ter feito clínica e feito análise.

**FÁTIMA:** (Esclarece que a proposta B é aquela defendida pelo Renato em assembleia anterior. Inclue pessoas que tenham análise pessoal, uma contribuição a dar para a psicanálise, e que não querem exercer a prática clínica. Se desejarem começá-la, deveriam passar pelo curso.)

**RENATA:** Vamos votar se os atuais membros do Depto. permanecem membros sem ter que passar por nenhuma seleção?

**ISABEL:** Isso é claro nas propostas. Os atuais são membros. O que restaria a ver são as categorias.

**RENATA:** Também gostaria de propor que fossem votadas duas jornadas: Poder x Produção e funcionamento dos ATs x setores.

**CLEUZA:** Estou parada na questão da Silvia. Há setores que não têm disponibilidade de receber novos membros e não há sempre a disponibilidade de abrir novos setores. Historicamente alguns setores tomaram a parte pelo todo. Vide o Setor clínica.

**DAVID:** O que eu queria falar acabou de ser dito.

**LAURINDA:** Fica muito claro para mim pensar que, apesar da gente não encontrar os dispositivos mais adequados, há uma preocupação central com a clínica. Temos a participação no grupo de professores: reuniram-se pequenos grupos e isso facilitou a conversa. Não se discute tudo com todos. Apesar dos dispositivos dos grupos de coordenação por pares favorecerem, a gente acaba funcionando por pares. Os dispositivos podem ser interessantes mas não garantem o tal funcionamento. Depois do Curso, um grupo de amigos reuniu-se para um grupo de estudos, e depois de dez anos de história conjunta, só nos últimos quatro anos que pudemos ter um espaço semanal de dis-

curso clínico. Isto demanda tempo e não depende só de dispositivos institucionais.

**MARCIA SOLERA** - Complica muito considerar a inserção só de um dos dois lados: do setor ou do AI. A dificuldade de inserção não é só para quem vai ser membro mas também para quem já é. Não questiono a necessidade do trabalho dos setores mas isto não é o Depto. Há muitos membros que não estão nos setores por não se identificarem com qualquer um deles; poderiam fazer outras coisas.

**PAULO GERÔNIMO** - A discussão se encaminhou para os AIs e se trata da organização de poder. O AI é pensado como um meio de elevar alguma transformação nisso que está. Pensando os AIs organizados como se propõe, via escolha, desejo, precisamos pensar na possibilidade de algumas pessoas não serem aceitas.

**JANETE** - É importante agora a assembleia ratificar a proposta da CCG que se vote.

**RÚBIA** - A questão do Setor Clínico do Depto vem de um trabalho de muito tempo. A constituição dos setores pressiona necessariamente por um processamento junto à CCG e depois ratificação em assembleia.

**SILVIA** - O que eu estava colocando é que a mim ver alguém tinha decidido que o Depto, tinha quatro setores. Se para levar adiante certo trabalho é preciso setor, organiza-se um setor.

**MANIA** - Assim também como o número de sub-setor, como tem o grupo de Publicações, por exemplo.

#### INTERVALO

**ISABEL** - O melhor da assembleia acontece no intervalo, onde a gente vai escutando as diferentes opiniões do que vai acontecendo. Vamos passar aos esclarecimentos. Proposta 1: Abertura para quem? / A - Associação só de analistas.

**LAURINDA** faz a defesa: Vou falar inclusive a partir da discussão que se teve na CCP. Seria interessante que a gente abrisse só para analistas. Se o caso é da clínica, a abertura deve ser só para analistas que já têm um percurso. Isso não exclui outros espaços de interlocução para outros profissionais que o fizesssem sem serem membros.

**NELSON** - Qual a vantagem disso? Por que só para analistas?

**JANETE** - Por que nesse momento? Isso tem a ver,

**LAURINDA** - Porque nesse momento acho importante que nós tenhamos algumas experiências. É uma questão de cuidado. Daqui há dois, três anos, a gente reavalia.

**ISABEL** esclarece: 1. Esses profissionais ingressariam e fariam parte do Depto, como membros; 2. Poderiam entrar pessoas sem prática clínica; 3. Não exclua a possibilidade de participação de outras pessoas em condições especiais. E se quiser clínico tem que fazer o Curso.

**MÁRIO** - Mas essa condição é para qualquer outro que queira ser membro.

**RUBEM** - Se vota a proposta C, então se vota que deve haver categoria.

**ISABEL** - Acredito que sim. É uma forma especial de pertinência.

**NELSON** - Primeiro a pessoa poderia vir como convidada. Ai sim poderia se interessar em participar do Depto. Ai teria que fazer o Curso?

**MIRIAM** - Se um membro colaborador quer fazer parte, deveria passar pelos mesmos critérios de seleção de qualquer membro.

**ISABEL** - Mesmo não tendo prática clínica?

**NELSON** - Prática clínica quer dizer consultório?

#### ASSEMBLÉIA - NÃO!

**MÁRIO** - A ideia de prática clínica deveria ser ampliada. Se alguém tem prática de analista, e o reconhecemos, deve poder fazer parte do Depto. Já um sociólogo, um filósofo podem vir a ter uma inserção pontual mas não ser membro.

**MANIA** - Podemos convidar pessoas para colaborar que não se tornam membros.

**ISABEL** - Temos recebido não analistas, p. ex., Garcia Roza.

**GERÔNIMO** - Membros que não tenham clínica podem vir fazer o Curso. Mas o Curso não aceita quem não tem clínica.

**FÁTIMA** - O Renato entendeu que o Curso deveria aceitar pessoas sem prática clínica para virem tê-la depois. O Depto, tem a possibilidade de oferecê-la para quem ainda não a tenha tido. Uma associação de analistas teria uma consistência via o entendimento de prática clínica que permite outras práticas clínicas e visões psicanalíticas. Pode-se abrir para outras práticas que não a de consultório.

**NELSON** - Se isso ficasse por escrito eu ficaria mais tranquilo. Porque tem a ver com uma certa abertura na ideia de prática clínica.

**DAVID** - Por que a C não contempla isso?

**MARA** - Há uma diferença entre participar como membro ou não. Se a pessoa vem como convidada, terá uma categoria específica.

**ISABEL** (Lê caderno 4, p. 2) Alguém quer falar contra?

**MIRIAM** - Estou com a impressão que é uma questão de formulação. Depois de todas essas discussões poderíamos reformular. Pode-se tentar formular a A melhor; ela implica na C. Desta forma não dá para falar contra nem a favor.

**MÁRCIA MELO** - Ajuda a esclarecer.

**LAURINDA** - (Lê p. 10) Na categoria A existe a possibilidade das pessoas serem convidadas para fazerem um trabalho que tenha relação com um projeto do Depto. Se depois a pessoa tiver interesse de passar por um processo normal de seleção, ela pode se candidatar mesmo não tendo prática clínica?

**MÁRIO** - Que essas pessoas se chamem colaboradores.

**CLEIDE** - Se o critério é associação de analistas, isto implica que se o colaborador quiser fazer parte do Depto, ele vai ter que passar pelos critérios. Na hora em que se insiste nisso parece que estamos questionando os critérios onde se diz que precisa se ter prática clínica.

**ISABEL** - Se vocês concordam, tiramos a terceira. A diferença está nisso: se queremos uma associação onde os membros sejam analistas, tenham prática clínica da maneira como o Depto, pensa isso. A proposta B exclui essa parte clínica.

**ASSEMBLÉIA** - (todos concordam)

**JANETE** - Nessa decisão tem a questão da limitação no tempo.

**ISABEL** - Nos estatutos tudo tem um caráter provisório, a ser reavaliado, parece-me, depois de dois anos.

**FLÁVIO** - Está incluído na proposta A que, para uma pessoa ser convidada, seu nome tem que ser aprovado pela CCG?

**ISABEL** - Não.

**FAZ-SE VOTAÇÃO NOMINAL** - Alguns votaram a A e se mostraram preocupados com os resultados, pois eram simpáticos à B. Resultado: A-64 votos (3 "tremidos"); abstenções - 7; ausentes - 4.

**ISABEL** - Fiquei curiosa com a preocupação em relação à proposta A.

**MIRIAM** - Da maneira como está formulado aqui no caderno, eu não concordo: os diferentes de nós, por exemplo. São questões que a gente tem que esmiuçar; são coisas que têm que ser formuladas. As preocupações trazidas pelo Nelson poderiam estar registradas.

**FÁTIMA** - Os documentos já foram lidos há algum tempo: os membros receberam cópia do material.

**DECIO** - Se alguém deixar de clicar por um ano, por ex., ele deixa de ser considerado analista? (Conta caso ocorrido em outra instituição, onde questões como essa foram colocadas. O analista é definido ou não pela prática clínica?)

**NELSON** - Isso tem que ser explicitado.

**RENATA** - Que a proposta seja formulada, cuidando-se dessas preocupações colocadas e referendadas numa próxima assembleia.

**ROBERTA** - São 13:30.

**LAURINDA** - Que se guarde os minutos para depois.

**FLÁVIO** - Se o Depto, vai ser aberto às pessoas de fora, a questão 2 não tem sentido (se vai ter seleção para admissão de membros). O importante é a forma.

**ISABEL** - Essa proposta vem em contraposição ao Depto aberto. Se fosse simplesmente aberto, não teria que haver seleção. Então teríamos que votar se haverá ou não seleção e se teremos uma comissão de seleção.

**FÁTIMA** - Essas discussões já ocorreram. Se não houver comissão de seleção, esta passará pela CCG? A CCG é formada por dois autônomos e representantes de setores, devendo tratar de assuntos globais do Depto. A questão é: Haverá ou não um processo seletivo? Se houver, quem fará a seleção.

**ANA LEAL** - Deve existir ou não uma forma de seleção?

**FLÁVIO** - Acho que a CCG não deve ter essa função.

**MIRIAM** - Nós precisamos de uma forma intermediária.

**NAYRA** - Uma coisa é se haverá ou não seleção, e a outra é a forma.

**GERÔNIMO** - Já há uma seleção. Deve se ser analista. Como vamos gerenciar isto? A comissão de pertinência deve estar submetida à CCG. Então, é ela, a CCG, que deve selecionar as pessoas?

**MÁRIO** - Talvez o nome entrada ou admissão seja melhor. Devem haver critérios e procedimentos a cargo de alguma instância. Deve haver um processo de votação que deve ser feito ou pela comissão de pertinência, mesmo dependendo da CCG, ou só pela CCG, ou ainda uma outra instância. A CCG pode ser eleita junto com a comissão de pertinência, havendo uma ligação entre elas. Como isso vai se dar, pode ser discutido depois.

**ISABEL** - Eu sugiro que o processo de seleção (admissão) fique sob responsabilidade de um grupo com essa função específica, sem vinculação com a CCG.

**CRISTINA** - Mas que relação esta comissão terá com a CCG? Voltando à pergunta da Nayra, vai haver ou não um dispositivo de seleção?

**FÁTIMA** - Esse trabalho ocupa muito as pessoas. Envolve uma responsabilidade ética. Na CCG as resoluções são tomadas por representação. Uma comissão específica agilizaria o processo. Tanto na assembleia quanto na CCG os processos individuais se perdem porque tem que se discutir com todo mundo.

**LAURINDA** - Sugiro o seguinte: Primeira votação: seleção ou não. Segunda votação: quem fará a seleção? A -

CCG; II - comissão de pertinência? C - outros dispositivos.

**MIRIAM** - Propõe que haja só uma votação: seleção ou não. A forma se vem depois.

**FLÁVIO** - Mas a admissão não é automática.

**ISABEL** - É verdade. Mas só para os de fora. Ainda não se falou se haverá ou não um processo de admissão para os de dentro. Para os alunos, professores.

**FLÁVIO** - Há no documento um critério geralim processo geral de admissão para membros do Depto. Marca-se uma outra assembléia para conversarmos com isso vai ser.

**LÍCIA** - O Curso não tem nada a ver com o Depto. Portanto os alunos e professores estão incluídos.

**MÁRIO** - Isto se articula com a questão da categoria. Eu gostaria que houvesse um critério de admissão.

**DÉCIO** - Se não é decidido que não haverá hierarquia, isto traz complicação para os alunos (Sugere que se inventa o ordena da votação: primeiro deve-se votar as categorias e depois a seleção)

**ISABEL** - Deve haver um processo de qualquer jeito. Dado o cansaço e o nível de problematização, transferimos a votação para uma próxima assembléia.

## DOS SETORES

### Cursos

Consideramos oportuna publicar a organização do Curso no que se refere à distribuição dos temas desenvolvidos e dos professores responsáveis.

#### 1º Ano - Seminários

Tema: Do Tempo Cômico ao Tratamento Psicanalítico.

Professoras: Maria de Fátima Vicente

Cleide Monteiro

Tema: O Incursismo Freudiano, O Paradigma Metapsicológico do Sado

Professoras: Maria Cristina Ocariz

Kitty Haase

#### 1º Ano - Supervisões

• Prof.ª Maria Laurinda Lucci

• Prof.ª Cleide Monteiro

• Prof. Alcimar Lima

• Prof.ª Ana Maria Sigal

#### 2º Ano - Seminários

Tema: A Concepção Freudiana da Sexualidade e da Pulsão

Professoras: Lícia Fuks

Arthur Hipólito

Tema: O Complexo de Édipo como Organizador da Neurose Infantil e da Neurose de Transfêrência.

Professoras: Cida Aidar

Ana Maria Sigal

#### 2º e 3º Anos - Supervisões

• Prof.ª Cida Aidar

• Prof.ª Lícia Fuks

• Prof.ª Isabel Vilatis

• Prof.ª Maria Cristina Ocariz

• Prof.ª Kitty Haase

• Prof.ª Heide Tabacof

#### 3º Ano - Seminários

Tema: A Constituição do Eu - O Narcisismo

Professoras: Isabel Vilatis

Heide Tabacof

Tema: Clínica das Neuroses: Histeria e Neurose Obsessiva

Professoras: Maria Laurinda Lucci

Ruth Delmonico

#### 4º Ano - Seminários

Tema: As Psicoses: Teoria e Clínica

Professor: Marco Fuks

Tema: Análise Terminável e Interminável

Professora: Maria Fátima Vicente

Tema: As Formações Clínicas - Uma Articulação entre Freud e as Teorias da Complexidade

Professor: Alcimar de S. Lima

## DOS SETORES

### Publicações I - A Atração do Boletim

Fazer parte da equipe que edita o Boletim é uma oportunidade de integração. É oportunidade para colaborar com a integração do Departamento de Psicanálise, indagando, processo informação, noticiando. Mas a intenção de agir em nome de uma unificação suficientemente boa deste todo parte institucional recobre um desejo. Deste, o perfil que entrevejo revela-se como pertinz *desejo de fazer parte de*.

Participar do Boletim é mais um movimento meu para aprofundar a experiência de pertence: a um agrupamento profissional onde é possível encontrar interlocutores. Gravei, na minha lembrança da entrada no Curso de Psicanálise, a fala de uma amiga, uma psicanalista que faz da bougevidade sabedoria e que não é do Se-

des: "Acho que você fez bem. A nossa profissão é muito solitária. Precisamos ter com quem conversar e pensar sobre o nosso trabalho".

Além da honra concedida, através de "nossa profissão" e "nosso trabalho", ela me beneficiou com o ensaio de reconhecer o par antitético *solidão-pertencimento*. A solidão prazerosa também tem o seu momento, para quem gosta de refletir por escrito a respeito da clínica e da função teórica. Mas creio que só se escreve para conversar com outros.

Talvez seja meta conversa, a do Boletim. Dirige-se a cada um que está envolvido em suas atividades específicas, falando do que se faz, no todo parte, para que os diálogos ocorram.

É, essencialmente, disposição para receber e divulgar respostas. Penso que é uma proposta de comunicar, para os membros do Departamento, o que se pensa, o que se faz para que, nesse lugar que constituímos, ocorra o pensamento psicanalítico. Este é, a meu ver, aprendizado da técnica e da teoria, condição e resultado da clínica, desenvolvimento e transmissão do método, *formação*.

O Boletim, conjunto de escritos breves, permite que, juntamente com colegas, eu possa me dar conta, e até prestar contas, de estados de coisas no Departamento. Suscita minha aproximação de quem por ele vela revela.

Camila Sulles Gonçalves

### Publicações II - Como Funciona a Revista Percurso

Muitas vezes, ouvimos colegas do Departamento solicitar informações ou expressar desconhecimento sobre o Setor de Publicações, que edita *Percurso*. De fato, a cada semestre chega pontualmente à sua casa ou ao seu consultório um envelope com a revista, sem que o assinante saiba praticamente nada do que se passou entre a última entrega e a atual. Tudo conspira para fazer parecer

que *Percurso* cai do céu a cada seis meses, com a regularidade do maná bíblico, para saciar a fome de leitura dos psicanalistas... Assim, julgamos oportuno contar a todos quais são nossas formas de funcionar, até para que se tenha noção da colossal quantidade de trabalho e do volume razoável de recursos financeiros envolvidos na produção de um número da revista.

Trabalham no setor, no momento, 26 pessoas, distribuídas em duas áreas bastante independentes uma da outra: a área editorial e a área administrativa. A área editorial é constituída por quatro grupos, os quais também trabalham de modo relativamente autônomo, mas em contato frequente, já que suas respectivas tarefas têm todas a ver com o texto.

• **Comissão Editorial:** recebe os artigos, discute-os e os seleciona. Quando chega um artigo para ser examinado, abre-se uma ficha que conterá o histórico dele: quem o enviou, quando chegou, quando e como foi discutido, que mudanças foram sugeridas, etc. Todos os membros da C. E. lêem o texto, e da sua discussão resulta ou aprovação como está, ou a recusa, ou a aprovação com sugestões de modificação. Neste caso, um membro da C. E. comunica-se com o autor e lhe faz chegar as observações da C. E.: a versão reelaborada do texto segue o mesmo caminho. As sugestões são *sugestões*, não *decisões*, o autor pode incorporar as que achar adequadas e recusar as outras. Temos procurado respeitar o *provanento* do texto e não polemizar com ele; as sugestões são geralmente de *forma*, aí compreendido tanto o aspecto gramatical-literário quanto propostas de redação ou desenvolvimento de certos trechos, segundo nos pareçam redundantes e desnecessários, ou ao contrário obscuros por excessiva concisão. A Comissão Editorial seleciona assim os textos em função do tema eventual da revista, e procura montar um número coerente, no qual os artigos não formem uma mera coletânea, mas "conversem" uns com os outros, toquem questões semelhantes de pontos de vista diferentes, etc. Ao final do trajeto, redige também o editorial, que levanta os tópicos do número e faz alguns comentários gerais. As decisões são tomadas por maioria de votos, sendo rara a unanimidade "pro"; a unanimidade "contra" é um pouco mais frequente, mas não muito.

• **Grupo de Resenhas:** em contato com a C. E., decide quais livros serão resenhados, convida os autores, recebe e discute as resenhas, e as envia com suas observações para a C. E. Aqui os textos são normalmente lidos e discutidos, com os demais artigos, devolvidos ao grupo de resenhas com as observações da Comissão Editorial. Um membro do grupo devolve o artigo ao resenhador, para que inclua as modificações (se for o caso) e providencie o disquete correspondente, que é então encaminhado à ordenação da revista.

• **Grupo de Entrevistas:** propõe o nome de alguém para ser entrevistado, decide junto com a Comissão Editorial a respeito, e realiza a entrevista (eventualmente convidando também entrevistadores de fora do grupo, ou de fora da revista, caso comecem bem o trabalho do entrevistado e possam assim contribuir para a qualidade da discussão). A entrevista é gravada, transcrita no idioma em que se realizou - o que pode exigir uma tradução posterior - e em seguida editada para ficar legível. O texto assim produzido é enviado à Comissão Editorial, que o discute, sugere alterações, etc; em seguida é submetido nesta versão "semifinal" ao entrevistado, que pode corrigir ou reafirmar pequenas passagens.

Com os artigos, resenhas e entrevistas em sua forma definitiva, isto é, um disquete e três cópias "lumpas" de cada texto, compõe-se um "bonetu" do número, que é enviado simultaneamente ao paginador e à Fapesp (ver abaixo). O paginador produz então a primeira prova, e entra em cena o **Grupo de Revisão**. Sua tarefa é revisar as provas e incluir os "olhos" (as chamadas de cada página); a chamada principal - o pequeno texto de três linhas abaixo do título - é corrigida pelo coordenador da revista.

A primeira prova, com os "olhos" ainda manuscritos e com as correções, volta ao paginador, que prepara uma segunda prova. Esta é por sua vez remetida ao jornalista responsável, José Paulo Kupfer, que faz uma revisão

estética do conjunto, diminui ou aumenta os "olhos", etc. Faz-se uma terceira prova, novamente corrigida pelo grupo de revisão, e, caso seja preciso, uma quarta prova das páginas que ainda contenham erros. Mesmo com estas quatro revisões, porém, ocorre de surgirem novos erros, geralmente fêneos no meio de palavras, por obra e graça do computador: este está programado para calcular milimetricamente os espaços entre as palavras de uma linha, e, às vezes, inclui um hífen inoportuno para "zerar" a linha. Infelizmente, como se viu no número 15, ainda não conseguimos resolver todo este problema; estamos tomando providências para melhorar a parte da revisão, que apesar do excelente trabalho do grupo ainda não tem saído perfeita.

Todas estas etapas, de recepção dos artigos à revisão das provas, precisam ser cuidadosamente sincronizadas, de modo a que a revista esteja pronta para ir para a gráfica três ou quatro semanas antes da data prevista para a sua saída. Uma vez prontas as provas, são feitos folhetos da capa e do miolo, gerando "provas de capa" e "prova heliográfica"; as quais passam uma vez pelo crivo de José Paulo Kupfer, é a honra dos técnicos, pois é preciso aceitar cores, evitar manchas, etc. Dado o OK, a revista é impressa e entregue ao Seides, iniciando-se a "operação distribuição".

Enquanto a revista está na gráfica, Rose e Ilva preparam os envelopes que você recebe, cuidando de imprimir a carta que acompanha o número, incluir os outros itens que vão no envelope, pregam as etiquetas, e assim por diante. Cada assinante que não é membro do Departamento recebe, no seu envelope, o resumo da discussão do número anterior (que você lê no *Boletim*), e, no início do ano, uma ficha bancária para renovar a assinatura (a sua está incluída na semestralidade do Departamento e é renovada automaticamente quando você a quitou). São atualmente 750 assinantes, dos quais apenas 127 do Departamento (dados do último número, o 15, em dezembro de 1995). Isto significa que são confeccionados individualmente mais de 700 envelopes, já que a ficha bancária com nome do assinante precisa estar, obviamente, no mesmo envelope que contém a etiqueta deste nome. Merecem aplausos a Rose e a Ilva, que têm sincronizado estas atividades todas de modo tal, que entre a chegada da Kombi da gráfica com as revistas e o preenchimento do cheque na agência do correio se passam no máximo em 48 horas.

Por fim, são preparados os envelopes dos autores, contendo dez separatas do seu artigo ou resumo, mais duas revistas para cada um; são enviados exemplares para bibliotecas, instituições, conferências e permutas, assim como para alguns órgãos da imprensa. Fim da distribuição; começa o ciclo novamente, com a recepção dos artigos, a abertura da ficha, e *da capo al fine*, como se diz em música.

Esta rápida descrição do processo de fazer um número de *Percorso* não entra em detalhes que, na verdade, são indispensáveis em todo o trabalho. Inúmeras vezes algo inesperado aparece, do atraso na chegada de um texto a um problema de disquete, de uma citação bibliográfica mal feita e que precisa ser corrigida à divida sobre se tal palavra se escreve assim ou de outro modo. E estas são tarefas rotineiras, indispensáveis; além disso, há toda a correspondência da revista - com editores de quem pedimos autorização para usar um texto ou uma imagem, com o *Psychanalytic Abstracts*, com leitores que escre-

vem, com outras instituições com quem penultamos publicações, etc. Há a preparação, a realização e a edição dos debates entre autores e leitores; há a atualização do *Índice Temático*, os contatos necessários para obter patrocínios e o papel (*Percorso* gasta, em números redondos, uma tonelada por edição); os projetos e relatórios à Fapesp, que vem contribuindo para custeio da revista, mas é sumamente minuciosa em suas exigências; e diversos outros campos em que é necessário atuar corretamente e pontualmente. Estas são tarefas do coordenador da revista, que solicita à equipe apoio para executá-las à medida que vão surgindo as necessidades.

Além da parte propriamente editorial, há o trabalho administrativo necessário para produzir *Percorso*. A comissão administrativa cuida basicamente das finanças, das assinaturas e das vendas em livrarias, mas esta breve relação recobre um volume espaçoso de trabalho.

• **Finanças:** com a constituição da *Sociedade Civil Percorso* (se você é membro dela, recebeu há pouco um relatório das atividades de 1995), simplificou-se bastante o acompanhamento financeiro da revista. Em números redondos, *Percorso* movimentou em 1995 a respectável quantia de R\$ 30.750,00 em cada uma das colunas, receita e despesa. Destes R\$ 30.750,00, R\$ 19.773,00 correspondem a recursos próprios (assinantes, incluindo os membros do Departamento, e vendas avulsas); R\$ 5.000,00 ao aporte da Fapesp; R\$ 5.500,00 a patrocínios externos, e cerca de R\$ 500,00 a rendimento de aplicações. Quanto às despesas, tivemos cerca de 10.150,00 para gráfica e paginação, R\$ 1.000,00 para correio, R\$ 3.400,00 para serviços de Terceiros (Ilva, traduções, transcrições, etc.), e aproximadamente R\$ 6.100,00 de outras despesas. Existe uma conta bancária para *Percorso*, e semanalmente é feito o controle de entradas e saídas de dinheiro.

• **Assinaturas:** com a criação da *Sociedade Civil Percorso*, tornou-se possível enviar fichas de compensação bancária (cambês), o que agilizou enormemente a operação deste setor. *Percorso* teve, em 1995, 750 assinaturas, o que é um número realmente muito expressivo, dada a concorrência no mercado de publicações psicanalíticas. Os possíveis assinantes são contactados por telemarketing, feito por uma pessoa bastante qualificada (Adriana), a partir de listas fornecidas por professores de faculdades, por outras instituições psicanalíticas com quem permutamos informações, por organizadores de eventos, etc. De cada dez telefonemas, dois ou três resultam em assinatura; os dados de cada assinante são introduzidos no computador e periodicamente atualizados. O problema é que, se em 31.12.1995 tínhamos 750 assinantes, em 1.1.1996 tínhamos zero, pois todas as assinaturas precisam ser renovadas a cada ano. É um trabalho de formiga, que requer doses indianas de paciência e doses ainda maiores de persistência; trata-se de recuperar os assinantes do ano anterior e de aumentar a lista com novos, e isto todos os dias. Nestas condições, é uma vitória que merece aplausos o fato de aproximadamente 70% dos assinantes de 1994 terem renovado a assinatura para 1995, e a estes terem se acrescentado mais de trezentos novos assinantes em 1995. Nossa meta é chegar a manter 1200 assinantes fixos, o que permitiria a *Percorso* tornar-se completamente autossuficiente em termos financeiros, e não depender mais de patrocínios, Fapesp, etc. Chegaremos lá!

• **Livrarias:** *Percorso* pode ser encontrada em algumas livrarias selecionadas em diversas capitais bras-

leiras, além de São Paulo. Este é um setor importante pela visibilidade que confere à revista, em termos estatisticamente econômicos, o valor das vendas não é muito grande, sem deixar de ser expressivo (cerca de R\$ 2.000,00 em todo o ano de 1995). Cada livraria tem uma "madrinha" que, mensalmente, verifica as vendas, repõe estoques, etc. É também um trabalho de formiga, e que vem sendo mu-

lto compensado para a revista.

Estas são as informações básicas sobre *Percurso*, que julgamos serem de interesse para todos os nossos colegas. Não tocamos aqui em questões de fundo, tais como política editorial, captação de membros para o setor, e outras, que ficarão para a próxima oportunidade. Mas, como a revista é de todo Departamento, achamos útil pro-

porcionar a todos uma ideia geral do que é necessário para publicá-la com o padrão de qualidade a que já nos habituamos. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos, e, com a Rose, estão os arquivos com toda a documentação que foi sendo produzida ao longo destes nossos oito anos de existência. Um brinde, assim, à revista e ao Departamento que a edita!

Renato Mezan

## Publicações III - Sociedade Civil Percurso

Relatório da Diretoria (Outubro 1994 - Janeiro 1996)

Em 13 de outubro de 1994, fundamos a *Sociedade Civil Percurso* e elegemos sua primeira diretoria. A finalidade desta iniciativa era agilizar as operações da revista *Percurso*, conforme os diversos documentos que circularam em 1994.

Passado o primeiro ano de nossas atividades, a diretoria da S.C.P. vem através deste relatório prestar contas a você do que foi realizado desde então. Este relatório está dividido em três seções: realização dos nossos objetivos, aspectos financeiros e perspectivas para o ano que se inicia.

### Realização dos objetivos da S.C.P.

Após a fundação da S.C.P. e o seu devido registro em cartório, o Theo Hutchison, de quem a memória providenciou a obtenção de um CGC. Com isso, abrimos uma conta corrente no Banco Itaú (agência Cardoso de Almeida), item essencial para atingirmos a meta da "agilização". A contabilidade da revista foi separada do Departamento, o que simplificou enormemente as coisas, e a partir de 1.1.1995 foi mantido um controle semanal das receitas e despesas de *Percurso*, num livro-caixa específico.

A autonomia jurídica e contábil, por sua vez, permitiu que a cobrança de assinaturas "externas" - isto é, assinantes não membros do Departamento - passasse a ser feita por meio de fichas de compensação, pagáveis em banco do País. Esta simples providência, ao tornar muito mais prática a quitação da assinatura, fez com que o número de assinantes externos se multiplicasse por quatro: o número 12 (último antes da fundação da S.C.P.) foi enviado para 267 assinantes, dos quais cento e poucos do Departamento e cerca de 150 de fora. O número 15, enviado em janeiro de 1996, teve 127 assinantes do Departamento e um pouco menos de 600 de fora. Deve-se ressaltar o intenso trabalho de telemarketing desenvolvido por Zulmira e sua secretária Adriana, mas a verdade é que, se não fosse tão simples assinar *Percurso* - basta mandar pagar um carnê no banco - o número de assinantes seria certamente muito inferior.

O passo, seguinte, já realizado, foi estabelecer um convênio com o Credicard, o que permite pagar a assinatura por telefone. Esta modalidade será testada em larga escala agora em 1996, e esperamos que aos poucos se torne conhecida.

Assim, a existência da S.C.P. tornou possível uma série de medidas no sentido da agilização desejada, medidas que não podiam ser tomadas anteriormente porque esbarravam em problemas jurídicos e burocráticos da instituição Sedes. Isto basta, a nosso ver, para demonstrar o acerto da sua fundação.

### Aspectos Financeiros

Cada um dos fundadores contribuiu em outubro de 1994, com R\$ 25,00, totalizando R\$ 1.150,00, que formaram nosso capital inicial. Deste dinheiro, uma parte foi usada para despesas de registro e outras, e em 21.3.1995 tínhamos R\$ 936,50, que foram aplicados num fundo de commodities. Neles não se mexeu mais: todas as operações da revista passam pela conta-corrente e pelo fundo de "curto prazo". De modo que, em 18.1.1996, o capital da S.C.P. montava a R\$ 1.227,76, ou seja, os R\$ 936,50 aplicados em março mais os juros e correções monetárias. Este dinheiro é reserva técnica, na qual não se pretende tocar a não ser em uma emergência. Para se ter uma ideia de quanto significam estes R\$ 1.227,76, comparemos com o que foi gasto em janeiro para remeter pelo correio 716 exemplares do número 15 e mais 553 fichas de assígnatura para 1996: R\$ 842,00. Ou, por outro lado, com o que foi necessário pagar para a paginação do mesmo número 15: R\$ 1.512,00. Assim, vê-se que, sem ser o tesouro do Tio Patinhas, esta quantia é razoável em termos das necessidades da revista: quase alcança para pagar um número volumoso, dá e sobra para remeter pelo correio toda uma edição.

A tesouraria de *Percurso* movimentou, de janeiro a dezembro de 1995, a respeitável quantia de R\$ 30.747,00. Estas foram as receitas totais da revista, como se pode ver pelo *Demonstrativo* anexo. Deste total, 34,15% correspondem à Fapesp e aos patrocinadores, totalizando R\$ 10.500,00; 1,54% a juros de aplicações; e 64,31%, ou dois terços, são receitas próprias (R\$ 19.773,00). Por sua vez, estes R\$ 19.773,00 se compõem de três parcelas: R\$ 3.098,00 correspondem aos 20% que cabem a *Percurso* em cada semestralidade paga ao Departamento - sendo R\$ 1.485,00 do primeiro e R\$ 1.613,00 do segundo semestre.

Cerca de R\$ 2.000,00 são provenientes de vendas em livrarias e eventos. E os restantes R\$ 14.675,00, ou praticamente metade de todas as nossas receitas, provêm do trabalho de telemarketing que trouxe cerca de 600 assinantes, entre renovações de 1994 e novas assinaturas feitas pela primeira vez em 1995.

Uma observação: ao iniciarmos o ano de 1995, *Percurso* tinha uma dívida com o Departamento equivalente a US\$ 1.650,00. Este dinheiro havia sido gasto em 1994 com o projeto de consultoria para a expansão da revista, e ficou combinado que o devolveríamos com nossa parcela das semestralidades do primeiro semestre de 1995. Por esta razão, o valor de R\$ 1.485,00 (a R\$ 0,90 por dólar, câmbio da época) aparece discriminado na coluna "receitas" e na coluna "despesas".

As despesas de revista montaram a R\$ 27.072,00, dos quais 37,48%, ou R\$ 10.145,00, corresponderam a

paginação e gráfica, e R\$ 15.442,00 ao que denominamos "despesas correntes". Deste item, aparecem discriminados no *Demonstrativo* os principais componentes: couro (nosso custo principal), serviços de terceiros, etc. De uma maneira geral, as despesas de "produção" (gráfica e paginação) foram cobertas pelos patrocinadores e pela Fapesp, enquanto as "despesas correntes" saíram de nossos recursos próprios.

Tivemos assim, no final do ano, um saldo positivo de 3.675,00, distribuídos como aparece na conta-corrente e à direita do *Demonstrativo*: parte na conta de patrocinadores (Banco do Brasil) e parte em aplicações financeiras. Este saldo, porém, foi consumido em janeiro de 1996, com o pagamento da gráfica do n° 15 e com o correio para este mesmo número, resultando num pequeno déficit de R\$ 882,00. Este valor foi novamente coberto por um empréstimo - ponte do Departamento, a ser saldado nas mesmas condições que o anterior, isto é, com nossa porcentagem das semestralidades de 1996.

Em suma, *Percurso* vem se mostrando viável do ponto de vista econômico, graças a uma administração cuidadosa e ao significativo número de assinaturas externas. Para este resultado, a existência da S.C.P. foi decisiva porque torna factíveis as ideias que vão surgindo, sem qualquer tipo de embaraço burocrático.

### Perspectivas para 1996

O principal objetivo de *Percurso* para este ano, do ponto de vista administrativo, é recuperar o máximo possível de assinantes de 1995 e dos anos anteriores, além de captar novos assinantes. Tivemos, em 1995, 716 assinaturas, e pretendemos atingir a casa dos 1.000 até o fim do ano. É uma meta ambiciosa, mas não impossível: até meados de fevereiro, já tivemos cerca de 300 renovações, o que é excelente para esta época do ano. *Percurso* já é a principal revista brasileira de Psicanálise a ser publicada fora da IPA, e a única publicação independente de circulação verdadeiramente nacional: ela é lida em Rondônia, no Amazonas, em praticamente todos os Estados do Brasil - embora, naturalmente, a concentração maior de assinantes esteja nos centros principais. Isto resulta do esforço e da dedicação de milhares pessoas, desde o primeiro grupo que se reuniu há dez anos até os atuais 26 participantes do setor.

A Sociedade Civil Percurso foi criada para facilitar a administração da revista, e obviamente vem tendo sucesso nesta tarefa. Em 1996, ela poderá prestar alguns serviços ao Departamento, tais como agilizar a cobrança das semestralidades através das fichas bancárias, colaborar em certos aspectos no contrato para publicar o livro *Letras de Freud*, e outros mais. Trata-se de uma estrutura criada e simples, cujo caráter é essencialmente insu-

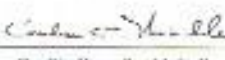



mental; depende do Departamento servir-se dela aquilo que julgar conveniente.

Os membros da Diretoria da S.C.P., abaixo assinados, colocam-se a disposição de todos os associados para

esclarecer dúvidas e receber eventuais sugestões.

  
Anna Maria Amaral  
Secretária

  
Cecília Carvalho Meirelles  
Tesoureira

  
Zulmira Montiel  
Presidente

  
Renato Maccari  
Diretor

Demonsrativo *Pereurso* 1995

Receitas R\$		Despesas R\$		saldo	CC	BB	Aplic.
Fapesp	5.000,0	Gráfica	6.245,00				
Patrocinadores	5.500,00	Paginação	3.900,00				
Total de receitas externas	10.500,00	Total despesas de produção	10.145,00	+ 355,00			
Receitas operacionais		Despesas correntes					
Janeiro	180,00	Correios	4.012,00				
Fevereiro	359,00	Serviços 3%	3.419,00				
Março	2.905,00	Divulgação/Telemarketing	2.940,00				
Abril	1.460,00	Impressos	2.285,00				
Maior	2.350,00	Xerox	1.119,00				
Junho	1.000,00	Diversas	1.667,00				
Julho	1.095,00						
Agosto	2.475,00						
Setembro	1.175,00						
Outubro	1.406,00						
Novembro	1.254,00						
Dezembro	2.632,00						
Semestralidade 1995	1.485,00	Pagamento dívida 1994	1.485,00	1.485,00	+ 2.846,00		
Total receitas próprias	19.773,00				0,00		
Juros de aplicação	474,00				474,00		
Total receitas	30.747,00	Total despesas	27.072,00	3.675,00	787,00	1.500,00	1.388,00
Receitas		Despesas		A receber	543,00 (+ 3.675,00)	- 4.218,00	
Externas	34,15%	Produção	37,48%	A pagar		- 5.100,00	
Próprias	64,31%	Correntes	57,04%	Déficit (jan 96)		- 882,00	
Juros	1,54%	Quitação	5,48%				

## DOS SETORES

### Saúde Mental I - Clínica na emergência

#### Carta-Convite

"Na última reunião do Setor de Saúde Mental e Institucional, do Departamento de Psicanálise, apresentamos e discutimos nossos diversos trabalhos desenvolvidos junto a instituições da rede pública. Nessa discussão evidenciou-se o verdadeiro impacto desorganizador do plano P.A.S., visível a partir de sua implantação.

Esse impacto, vivido tanto pelas equipes de trabalho, quanto pelos usuários decorre da violação dos procedimentos da prefeitura em relação à saúde e especificamente à Saúde Mental.

Procedimentos como: ausência ou ambigüidade quanto às propostas em saúde mental e aos destinos dos equipamentos já existentes, incerteza quanto ao futuro dos profissionais, falta de aderência ou não ao plano e interrupções abruptas dos tratamentos que vinham sendo seguidos, têm deixado os profissionais desmoralizados, inseguros, ilhados e privados de respaldo formativo bem como de espaços de interlocução.

Para sairmos do efeito traumático dessa violação, propomos um espaço coletivo onde possamos recuperar o sentido transformador de nossa clínica.

Com esse intuito, convidamos todos a participar do en-

contro "Eleições do P.A.S. na Clínica Institucional" a realizar-se no dia 7 de maio de 1996, às 20h15, no Instituto Sedes Sapientiae.

Atenciosamente

Setor de Saúde Mental"

A partir desta data convocatória, nos reunimos no dia 7 de maio, no Instituto Sedes Sapientiae, com aproximadamente 60 pessoas: trabalhadores de saúde mental, supervisores, psicanalistas, representantes de instituições formativas e políticas.

Desde o início da reunião, e a partir de algumas propostas de encaminhamento, esta se configurou como um espaço de elaboração conjunta, permitindo ultrapassar o isolamento e a

monização, entendidos como efeitos da implantação do P.A.S.

Surgiram relatos de experiências vividas pelos trabalhadores em que foram produzidas metáforas que faziam alusão a situação de guerra: interrupções bruscas de tratamento que desencadeiam crises em pacientes mais graves, remoções vividas como deportação, expropriação de projetos de trabalho.

Entende-se que o momento requer a construção de critérios para uma "ética na emergência", na qual o fundamental é a implicação dos trabalhadores com os pacientes, seus familiares, as equipes e o projeto.

Levante-se a questão da vulnerabilidade dos serviços de saúde mental dentro das propostas de saúde pública e enfatizou-se a dimensão política deste momento, onde a implicação com esta clínica requer a produção de uma história e de memória como dispositivo de resistência. Os encaminhamentos com outras instituições, tais como as legais e as de comunicação, são também considerados recursos de valiosa importância, pois auxiliam a resistir a clínica na sua dimensão social.

O final do relatório aponta para a importância de considerar casos clínicos como fatos. Apropriar-se deles abre espa-

ço para elaborar essas histórias permitindo uma avaliação do que foi possível construir até a entrada do P.A.S. e propiciar o "desgramamento" do projeto idealizado e perdido, deixando perspectivas para projetos futuros.

Movidos por este desejo, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos, agradecemos as contribuições que possam nos fornecer em relação a esta questão e participamos a todos os membros do departamento a data de um novo encontro.

## Saúde Mental II - PAS

### Ameaça do P.A.S.

Começou-se a falar em P.A.S. (Plano de Assistência à Saúde) no âmbito da Prefeitura de São Paulo em janeiro de 1995. À princípio o prefeito Paulo Maluf queria impor este novo modelo de atenção à saúde na forma de um decreto do executivo. Graças às pressões dos vereadores de oposição e das entidades médicas e de outras categorias profissionais, o prefeito foi obrigado a recuar e a encaminhá-las um projeto de lei à Câmara Municipal. Infelizmente em 5 de setembro de 1995, o P.A.S. foi aprovado (dado que o prefeito tem maioria na Câmara) e a lei é publicada no D.O.M. (Diário Oficial do Município) em 13 de setembro de 1995. Desde essa data, passa-se a viver o terror da implantação deste plano. Começam a surgir os boatos das primeiras regiões da cidade onde seria implantado: Pirituba e Campo Limpo.

O P.A.S. prevê o repasse de verba da Secretaria Municipal da Saúde para as chamadas "Cooperativas", quais sejam, entidades civis coordenadas por médicos e outros profissionais de saúde. Cada cooperativa ficará responsável pela gerência de um "módulo" de saúde composto por pelo menos um hospital geral, UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e outros equipamentos existentes na região, como Hospitais Dia e Centros de Convivência e Cooperativa (CECCOs). A Prefeitura compromete-se a repassar R\$ 10,00 por habitante cadastrado em cada região. Em seguida desiste do cadastramento e repassa o dinheiro a partir de uma estimativa da população correspondente a cada módulo.

Já no final de 1995, nas regiões de Pirituba e Campo Limpo a Secretaria começa a passar listas de adesão ao P.A.S. entre os funcionários, dando sempre prazos após os quais esta adesão não seria mais possível. Aos que não aderissem ameaçavam com a possibilidade de remoção para os locais mais distantes da cidade. Mesmo assim as adesões ao plano entre os funcionários são mínimas.

O protesto contra o P.A.S. vão aumentando no final de 1995, principalmente na região de Pirituba, mas a administração avisa que implantará o plano "de qualquer forma" ou "quer queira, quer não" em 1º de janeiro de 1996. E isso de fato acontece. O desastre do P.A.S. começa com várias mortes no Hospital de Pirituba por falta de médicos no pronto-socorro. Dada a baixíssima adesão de funcionários as contratações de profissionais no mercado não são suficientes. No Hospital-Dia o atendimento para por alguns dias; não há psiquiatras para medicar os pacientes nem outros profissionais para con-

duzir as atividades. A psicóloga da região responsável pela coordenação das ações de saúde mental e que aderiu ao P.A.S., comete atos dignos da ditadura, arrancando o telefone da unidade da parede e o escondendo por algum tempo. Após alguns dias alguns funcionários são contratados, mas o Hospital-Dia de Pirituba, que chegou a atender 45 pacientes/dia, não voltaria a ser o mesmo.

Algumas UBSs da região ficaram fechadas por vários dias e quando reabrem não oferecem diversos serviços que antes ofereciam. Principalmente o atendimento em saúde mental deixa de acontecer por falta de profissionais.

Os profissionais da Prefeitura são removidos para os mais distantes locais; mesmo assim resistem às pressões e continuam a trabalhar com dignidade.

Em fins de janeiro de 1996, as entidades representativas dos profissionais conseguem uma liminar na justiça que suspende o P.A.S. Infelizmente em março a Prefeitura consegue cassá-la e o desastre continua. A partir deste momento o secretário Paulo Roberto Richter passa a exigir de seus assessores que implantem um módulo a cada 15 dias. Desta forma o P.A.S. invade as regiões Centro, Itaquera, Campo Limpo e já está anunciando para as regiões do Ipiranga, Vila Prudente, Sapopemba, Mooca e Vila Matilde, além de São Miguel Paulista.

As adesões entre os funcionários continuam mínimas e as contratações no mercado continuam. Mas os salários inicialmente altos começam a despencar, apesar da Prefeitura continuar injetando muito dinheiro nas cooperativas já existentes, ultrapassando em muito os R\$ 10,00 por habitante, alegando que as mesmas precisam de "um tempo" para caminharem sobre suas próprias pernas. Podemos imaginar até que data irá este "tempo".

O desmonte dos serviços é geral e vertiginoso. O Hospital Menino Jesus, hospital infantil de referência para a América do Sul para doenças graves, tem grande parte de seus funcionários transferida e perde o caráter que durante tantos anos o notabilizou.

Nos serviços de saúde mental a situação é mais grave. Nos Hospitais-Dia onde o P.A.S. já foi implantado as equipes foram drasticamente reduzidas. Aos profissionais contratados não foram exigidos quaisquer pré-requisitos que garantissem sua habilitação para este tipo de trabalho. A Prefeitura tem mantido a faixa de Hospital Dia, afirmando que os serviços não sofreram perdas. Porém sabemos que o Hospital-Dia de Pirituba transformou-se num ambulatório; o de Campo Limpo e Itaim

embora faquem com os pacientes durante todo o dia, mantêm os pacientes assistindo TV ou vídeo por períodos bastantes longos. Os serviços de saúde mental como o do Parque do Carmo em Itaquera, simplesmente deixaram de existir.

A ameaça continua sobre as demais regiões da cidade. Datas são marcadas para a implantação dos módulos de forma que os profissionais e pacientes (principalmente no caso de saúde mental) vivam momentos de terror aguardando atormentados esse momento de destruição do trabalho e rompimento do vínculo terapêutico. Pacientes tem pavorado; há relatos de funcionários que entraram em suato. Na maioria das vezes aquelas datas marcadas não são cumpridas e novos momentos de terror tem início com um novo prazo final.

Nos últimos meses tem sido quase impossível trabalhar nas unidades de saúde da Prefeitura; e se tem acontecido, tem sido muito em função de muitos entrarem em processo de negação da realidade ou de (falsa?) esperança de que o P.A.S. deixe de fora alguns serviços.

De fato, os programas de AIDS, Hanseníase, Tuberculose e Saúde do Trabalhador conseguiram ficar de fora. Para isso contribuíram as pressões de entidades intemunicipais, do Ministério do Trabalho e movimentos sindicais, além do custo elevado do tratamento como o da AIDS, que certamente não interessa às cooperativas, que de fato visam o lucro com a doença da população.

A saúde mental, no entanto, segundo as autoridades municipais de saúde continua prevista no P.A.S., apesar de várias entidades de defesa dos doentes mentais, associações e sindicatos de trabalhadores e conselhos regionais das categorias envolvidas já terem apontado os danos que tal plano tem causado aos pacientes e profissionais.

É oportuno registrar a negligência dos governos Federal e Estadual diante do que está acontecendo no município.

Não sabemos quando a Justiça julgará o mérito da Inconstitucionalidade do P.A.S., mas acreditamos que, como ocorreu em Maringá, Paraná, em 1982, a justiça não talhe e que os responsáveis recebam a devida punição.

Lamentável é que, até que se faça justiça, muitos serviços essenciais à população sejam destruídos. Certamente o estrago do P.A.S. sobre a saúde é tamanho que serão necessários anos de trabalho árduo para reconstruí-la. Esperamos ter disposição e vontade política dos próximos dirigentes municipais para isso.

Sálvia Salama

## DOS SETORES

## Publicações - Percurso

## Percurso nº 15: Debate

Anotações: Eliana Borges Pereira Leite -  
Edição: Renato Mezan

No dia 23 de março de 1996, realizou-se no Sodes o debate entre autores e leitores relativo ao número 15 do Percurso. Podemos contar com a presença de cerca de setenta pessoas, incluindo uma das autoras de fora de São Paulo, Ana Cecília Carvalho, a quem agradecemos a disponibilidade. Agradecemos também aos debatedores de cada artigo, que redigiram verdadeiras resenhas, questionando pontos cruciais dos textos da revista. Apresentaremos primeiro as questões dirigidas aos autores, em seguida as respostas destes. É importante lembrar, mais uma vez, que esta não é uma transcrição literal. Erros e omissões são inevitáveis quando se omite rapidamente um evento como este, e quando estas notas são editadas meses depois de tomadas. O objetivo desta síntese é dar uma idéia de por onde foi a discussão, não retratar fielmente as intervenções, uma por uma. Pedimos antecipadamente desculpas daqueles que julgarem que seu pensamento não está adequadamente expresso, mas fizemos o melhor possível. Pedimos também desculpas a Ana Maria Leal, cujo nome foi omitido na síntese da discussão do número 14; ele foi substituído pelo de uma outra colega, que não participou, como Ana Leal, do espíritos trabalho de anotar a discussão.

Renato Mezan abre a discussão e convida os debatedores a expor suas idéias, seguindo a ordem dos artigos da revista. Agradece a presença dos autores, em especial a de Isaías Melshon.

## Noemi Moritz Kon comenta o artigo de Ernst Gombrich

O artigo de Gombrich não é inédito, publicar sua tradução tem por objetivo explorar a relação entre psicanálise e arte, mas no sentido inverso ao de costume, ou seja, trazendo o olhar do esteta, do historiador da arte, sobre a psicanálise. Gombrich faz observações muito interessantes, destacando a impossibilidade da tradução de uma obra de arte. Isso pode nos levar à questão da tradução dentro da psicanálise e ao reducionismo aí implícito. A tradução dos mitos, sonhos e sintomas pode tirar deles o valor de sua confirmação e dar-lhes o valor de transportadores de um sentido, de um conteúdo, fruto de um conflito psíquico. Questiona o destino e a importância da forma nissi tudo.

## Maria Inês Giora comenta o artigo de Ana Cecília Carvalho

Em sua opinião, o texto é instigante e leva a pensar nos motivos que teriam levado Borges a rechaçar o saber psicanalítico. A frase "mas o diabo expulso pela porta retorna pela janela" funciona como bengala para o leitor, indicando que, na obra de Borges, a cegueira quanto a este saber ocupa o lugar do recalcado. Mais ainda, é a própria condição de criação para este autor, já que seu projeto literário questiona a noção de paternidade artística. Há semelhanças entre Borges e Freud, na medida em que ambos pensam que é pela via paterna que se produ-

zem seus escritos. A autora propõe uma articulação entre a figura do pai e a origem da criação literária.

Borges, exemplarmente, deve cumprir o destino desejado e negado ao pai; herdeiro de sua cegueira, deve ver com os olhos da noite, desistindo do lugar da autoria. E são estes olhos que conferem figurabilidade ao desejo e à vida psíquica. Maria Inês considera brilhante esta passagem do artigo. No final do texto, a autora fala da experiência da dúvida, que só se resolve se fecharmos os olhos para o óbvio.

Gostaria de ouvir de Ana Cecília um pouco mais quanto ao procedimento analítico, e quanto à possibilidade da subjetivação, bem como da criação, sem o apagamento da figura do autor.

Ana Maria Amaral comenta o artigo de Nelson da Silva Jr.

Ana dá inicialmente um resumo bastante detalhado do texto, ressaltando o tema da espacialidade na tópica, central para a tese que Nelson está escrevendo sob a orientação de Fédida. Esta maneira de pensar a metapsicologia tem implicações clínicas. Após entrar um pouco pela teoria das pulsões tal como Nelson a expõe, Ana conclui dizendo que o artigo coloca o problema das várias identificações possíveis, em oposição à identidade maciça, e sugere que a heteronímia pode ser pensada como paradigmática da condição singular que caracteriza o psicanalista.

## Wilson Klein comenta o artigo de Camela Soltes

O texto o faz lembrar-se de uma pianola high-tech que tocava automaticamente, através de uma série de pistões que reproduziam a intensidade do toque do pianista original. Haveria, para o inconsciente, a possibilidade de reproduzir, como os pistões da pianola, uma forma de tocar? Pensa diretamente na clínica, nas situações em que o material possui uma espécie de "segredo", que vai sendo desvelado na fala do analista. O trabalho do analista também carrega o seu "segredo". Quais seriam, pergunta para finalizar, as marcas impressas pelo analista na análise, marcas talvez análogas à intensidade com que o pianista percuta as teclas da pianola?

## Mara Selma comenta o artigo de Helena Kao Rosenfeld

Considera muito estimulante o artigo, porque ajuda a pensar certas questões da clínica. Um tema central da Psicanálise é a questão da representação e do afeto, que pode ser abordada no interior de diversos campos do saber. Então, é necessário que se explicitem ao máximo os referenciais, assim como as concepções de representação, de afeto o mesmo de inconsciente se está utilizando. Muitas questões teóricas estão referidas à problemática da representação e do afeto, e o *rite-a-rite* da clínica fica complicado por isso. O texto trabalha vigorosamente no sentido de que, no exercício da clínica, não é suficiente a representação. Esta está voltada para o dizível, e o indizível das análises pode ser tangenciado através da metáfora e da linguagem poética. Então a linguagem poética ou metafórica é uma exigência da psicanálise.

Mas há certa dificuldade em compreender a metáfora fora do campo da representação; por isto, pede a Helena que esclareça primeiro a noção de representação com que está trabalhando, e em segundo lugar com que concepção do inconsciente está operando; pois, se a metáfora não tem a ver com a representação, então o inconsciente não pode ser pensado como conteúdos velados a serem "revelados fugazmente como um clarão", como está mencionado na página 46.

## Janete Froehngarten comenta o artigo de Noemi Moritz Kon

O texto de Noni não pode ser resumido, mas se presta a uma espécie de "passeio" por ele. Os três tempos remetem um ao outro, nos quais o tema é exposto, retomado, atestado, reaproximado. Trata-se de falar da experiência da própria análise, e os tempos em sobreposição são um achado que mimetiza os caminhos do processo analítico. Tempos que falam de uma imagem que embete o tecido da análise, e de uma análise que vai gerando modificações na imagem. A tela vista na sala de espera da analista se abre em multiplicidades. É o desdobramento da análise em momentos diferentes. Olhar para a tela é ser interrogada. A tela é espera, é companhia, ora amicaça, ora intimidada. Ela não se reduz ao símbolo e não é para ser reduzida à representação. É muitas telas dilectas.

Quando, um dia, aproxima-se da tela e lê o nome do pintor - Paul Klee - unindo o som à visão, Noni lamenta algo. Antes de se ligar à imagem, o nome soava melhor. O rico interjogo palavra/imagem, diz Janete, evoca-lhe um poema de Manoel de Barros:

"O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa  
era a imagem de um vídeo que fazia uma  
volta atrás de casa.

Passou um homem depois e disse: essa volta  
que o rio faz por trás de sua casa se chama  
enseada.

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro  
que fazia uma volta atrás da casa.

Em uma enseada

Acho que o nome empobrecer a imagem."

Janete conclui seu comentário com uma assuciação - a forma da presença da tela, para Noni, faz lembrar o objeto transicional de Winnicott. A tela é a analista e não é, é Noni e não é. Seu destino não é ser recalçada, nem prateada em luto. Difunde-se no campo compartilhado da cultura, tanto através do artigo da revista, quanto na sua dissertação de mestrado, que também teve como tema "psicanálise e arte."

Por fim, um lamento: ver a reprodução da tela na revista é uma experiência linda, mas que a ela, Janete, pareceu demais, no sentido de que preferiria ter tido tempo para compor suas próprias imagens, saciar a curiosidade sobre a figura, nome, data, dimensões, etc. Afinal, a própria Noni diz que "a visão da tela, tal como a tenho, não seria possível para mais ninguém." Qual o sentido que,

para a autora, leve o presentificar a tela no seu escrito?

*Rúbia Nascimento comenta o texto de Paulo Costa Lima*

A comentarista deste texto, Rúbia Nascimento, não pôde comparecer, mas transmitiu por telefone seu comentário, que Renato Mezan reproduziu aproximadamente. Uma secreta é tocada para alguém, quem seria o destinatário desta? À Rúbia, parece que seria a figura poterna. Gostou muito dos diversos ritmos presentes no texto. Gostaria que fosse mais explicitada a passagem que articula a vontade de Schopenhauer no Real de Lacan. (Infelizmente, como Paulo Costa Lima teve de cancelar sua presença por motivos pessoais, a discussão do seu artigo não pôde ser mais aprofundada.)

*Renato Cromberg comenta o artigo de Renato Mezan*

Ficou mobilizada pelo texto e viu-se estabelecendo um diálogo com ele. Inicialmente, sugere-lhe a questão da articulação entre a lógica edípica e a lógica narcísica, em torno dos pares foçados por Wolfgang e seu pai de um lado, Wolfgang e sua mãe de outro. O artigo discute o papel do pai, mas não o da mãe, nem o do desejo incestuoso. Teria sido interessante explorar esta relação, especialmente no que concerne ao talento, cuja gênese talvez tenha algo a ver com a ligação com a mãe, esta ligação, fusional, poderia ter sido depositada no talento musical do filho. Outro tema: a morte da criança para dar lugar à criança prodígio. O Édipo *indissoluble bind* é precedido por uma auto-chivagem narcísica. O desejo parricida pode ser primário, ou é consequência secundária do desejo incestuoso? E a criança não-prodígio: seria a criança pulsional?

Chama a atenção para um erro de impressão no final do texto, quando a palavra monumento está substituída por momento. Isto poderia remeter ao momento de contato com o monumento da obra: como transformar o convidado de pedra - monumento - num momento-fantasma que possa ser dissipado? Como libertar a criança pulsional, de modo que ela tenha destinos menos crivados, podendo ter talento, mas não tendo de ser prodígio? Mozart, advogado, teria sido mais feliz?

*Maria Stella Sampaio Leite comenta o artigo de Adélia Bezerra de Menezes*

Pierre Férida dizia que o analista tem que tomar cuidado com o "envelhecimento psíquico", referindo-se à necessidade de se apoiar na cultura e nas artes para obter a argamassa que junta os tijolos psicanalíticos. (David Calderoni observa que, na revista, uma das estrofes da canção saiu com um verso errado; o correto é "Como contrapostos de um sorriso", no final da segunda estrofe.)

A autora conduz o leitor por caminhos difíceis, através da dupla dimensão do tempo: cíclico/mítico, histórico/humano, este com começo, meio e fim. Associa com outros autores que tematizam o tempo, como Virginia Woolf, Joyce, Proust, etc., e com uma idéia de Fabio Hermann, para quem uma das muitas formas de negar a dimensão do tempo que passa é o apego ao desenho. Há também as pessoas que buscam compulsivamente a longevidade, através de dietas, de tratamentos de rejuvenescimento, do antitabagismo militante ... Duas perguntas para Adélia: há diferença entre o tempo de Roda Viva e o de Para Todos? Seriam respectivamente o tempo da juventude e o tempo da maturidade? Segunda: O que a

autora pensa do tempo fora da poesia, circunscrito à dinâmica psíquica?

*Ruben Abel Tracco comenta o artigo de Mauro Meiches e Eveline Afermentich*

Achou muito interessante o texto problematizar a sublimação. Enfatiza uma passagem do início, que menciona a adetação da psicanálise pela arte. Isso é muito importante, por eliminar o ranço imperialista na psicanálise. Freud era mais impactado por alguns tipos de arte do que por outros. Tinha suas predileções pessoais. Em que medida o gosto de Freud será determinante na teoria que ele originou? Freud tinha referências clássicas, mais apolíneas do que dionísicas. Predileções que também falam de um modo de conhecer a clínica. Lembra-se, ao outro extremo, da entrevista com Radmila Zygynis a ser publicada no próximo número de *Percursos*; para ela, a ênfase é mais no ato do que na interpretação.

A arte faz pensar em extremos: a teoria clássica da sublimação remete à transformação da pulsão e implica numa valorização do mecanismo núbre da sublimação. Já, todas as produções seriam metamorfoses da libido.

Mas a sublimação não é só do sexual: seu motor também pode ser a tentativa de simbolização de uma angústia cujo protótipo é o estado de desamparo. A tentativa de reduzir o Real é assintótica, pois sempre sobra angústia para metabolizar. Será que se poderia pensar em dois paradigmas - a sublimação do sexual e a da angústia - com todos os tipos de produção artística? Haveria diferentes mecanismos de composição para cada modalidade de arte?

*Decio Garfinkel comenta o artigo de Miriam Chnaiderman*

Decio leu o artigo a partir da situação de alguém que desconhece as obras que Miriam discute. Falando de fotografia, ocorre-lhe uma associação entre esta e primeira tópica, o modelo óptico de Freud, que se reporta a um aparelho constituído por uma série de lentes, etc. A revelação, outra idéia fotográfica, também é uma metáfora para o tornar consciente, que implica inscrições ponto a ponto e a fixação das experiências nas marcas mnêmicas. Mas o modelo fotográfico pode não ser interessante: Miriam fala dos limites da simbolização, de como o real se inscreveria na subjetividade. Para isto, articula as relações entre cinema, fotografia e teatro, especialmente nos trechos em que mostra como as fotos de família são a síntese do que se passa nas relações, e na passagem sobre a impossibilidade de retratar a morte. Ora, em *Além do Princípio do Prazer*, Freud introduz uma nova dimensão do psíquico, poderíamos pensar numa ruptura com o modelo fotográfico, arrebitado pelo funcionamento psíquico e orgânico? Seria possível pensar este texto como a morte da representação? Neste caso, seria cabível pensar uma positividade da pulsão de morte?

*Miriam Chnaiderman comenta o texto de Francisco Elinaldo Teixeira*

Somos muito questionados em nosso cotidiano clínico pelos termos "sujeito", "modos de subjetivação", "subjetividade"; mais por estes dois últimos, que parecem ter ido zafado o primeiro. Coloca algumas questões ao Eli: como pensa a explosão do sujeito e a instância autoral? Como diferenciar sua proposta de um sujeito capaz de se abrir à sua potência estética, de fazer de sua vida uma obra de arte, daquilo que Christopher Lasch afirma sobre o narcisismo moderno? "Cuidado de si" e

"narcisismo" são a mesma coisa? Por outro lado, referindo-se a Godard, não seria o caso de pensar que a estética é a ética do futuro? Por fim, em relação à filmografia de Julio Bressane: a multiplicidade dos seus filmes, que não se interrelacionam com se ligam a uma tendência ao estilo, faz pensar na multiplicidade da clínica. O problema do narcisismo estaria implicado aí, pela auto referência, e pela falta de uma referência social. Eli não estaria fazendo um juízo moral, ao opor, em Bressane, sinceridade e verdade?

*Renato Mezan comenta o artigo de Luiz Orlando*

Estamos acostumados a pensar as conexões entre a vida e a obra de um autor, mas aqui Orlando sugere uma coerência entre obra e morte, a partir do suicídio de Deleuze. Este não seria apenas uma decisão de por fim ao seu sofrimento, mas implicaria uma postura coerente entre o modo escolhido para se matar e o conteúdo do pensamento do autor. Renato se pergunta se é possível levar a consistência até este ponto, levando em conta o espaço que Deleuze concede, em sua filosofia, ao acaso, ao imprevisto, ao imponderável. Judaga se, neste caso, poderíamos pensar numa autoria, se alguém pode ser o autor de sua própria morte. No texto de Deleuze, havia também a preocupação ética de não envolver mais ninguém no aspecto jurídico da sua morte; ele quis evitar que alguém pudesse ser acusado de cumplicidade e punido por seu gesto.

*David Calderoni comenta a entrevista de Isaias Meliolo*

No pensamento de Isaias, há uma crítica à noção de inconsciente, e, no lugar desta, ganha importância a noção de consciência. Cita uma passagem da p. 105 sobre a consciência como condição de apreensão do mundo e da ordem dos objetos. Ora, se a consciência constitui o mundo, o que constitui a consciência?

Mais adiante, Isaias diz que não há objetos interiores, e que as pulsões se voltam para o mundo. Como se dá a articulação entre as pulsões voltadas para o mundo e as sensações interiores? Para Isaias, "articulação" e "integração" são a mesma coisa, ou duas coisas diferentes? O objeto estético parece representar um contraposto à idéia de que a consciência é constituinte do objeto ("o objeto artístico revela as modulações afetivas da alma humana que podem ser concebidas no objeto", p. 111). A última questão refere-se ao problema da "dupla inscrição" dos traços mnêmicos, quando Isaias se refere à *Metapsicologia* de Freud. David se pergunta se o privilégio concedido por Isaias às noções de integração, de articulação e de consciência não o deixa sem instrumentos para pensar a dinâmica psíquica, a tópica, a diferença dos lugares.

*Eluza Borges Pereira Leite comenta as Leituras*

Como o tempo não permitia um comentário de uma por uma, fez uma "leitura flutuante", que acabou possibilitando certos agrupamentos. Talvez condicionada pela linguagem cinematográfica das duas primeiras resenhas, organizou sua leitura como uma sequência de planos: primeiro plano, plano intermediário, plano geral, confundir as relações que entreviu entre as diversas resenhas e entre elas e o conjunto dos artigos da revista.

Num primeiro plano estariam as duas primeiras resenhas, que se apoiam no cinema e na imagem, para trazer à reflexão o espaço da virtualidade. Os "espaços

virtuais" na teoria e na clínica seriam transposições possíveis a partir destes textos. Os títulos "vazio iluminado" e "esculpir o tempo" suscitam articulações entre tempo e espaço. Já a resenha de Camila Pedral Sampaio sobre o livro de Maud Mannoni estaria num outro plano, de vínculo entre psicanálise e literatura, mas mantendo o fio do virtual, da potência, da fecundidade: imaginário literário que alimenta a clínica.

Num plano próximo a este, estariam a resenha de Decio Gurfinkel sobre o livro de Bernardo Tais e a de Renata Cromberg sobre o livro de Decio. Tratam do virtual, mas num espaço mais interno à prática psicanalítica. Para Bernardo, no virtual da transferência aparece o infantil; no livro de Decio, a droga por um lado obtura o virtual, por outro pode ser a solução criativa que permite o engendramento de "neo-realidades".

No plano mais geral, estaria a resenha escrita por Daniel Delouya sobre o livro organizado por J. Outeiral. Justamente por se tratar de uma coletânea, a resenha dá uma impressão de "exterioridade", não tanto de articulações, espaços, etc.; e o próprio título, "Crânio perguntado", propicia uma posição mais observadora do que interativa.

Neste debate autores-leitores, os artigos foram examinados com minúcia, e foram colocadas aos autores questões bastante importantes. O tempo exigido não permitiu mais do que a resposta dos autores a estas questões, respostas que sintetizamos abaixo. Assim, talvez tenham existido no espírito dos presentes perguntas e observações que ficaram sem resposta; mas a densidade e a qualidade excepcionais tanto dos comentários quanto das respostas que puderam ser dadas chamaram a atenção de todos os presentes. Fica para uma outra vez a seguinte questão: como conciliar a leitura em profundidade de cada texto da revista com a vivacidade da discussão mais "alta", tal como ocorreu no debate de alguns números anteriores? Nós, do Conselho Editorial, não temos resposta para esta questão, ao menos no momento. Estamos estudando alternativas e novas fórmulas para tentar reunir o melhor deste tipo de discussão com o que, no estilo anterior, também era muito bom, a saber o pingue pongue associativo e ágil, que desta vez esteve ausente.

Ana Cecília Carvalho

Diz que apreciou os comentários de Maria Inês. Pensou, deixou os pensamentos de lado e foi modificando o pensamento pelo que foi ouvido. Causou-lhe impacto o comentário do Renato sobre o suicídio de Deleuze.

Vem trabalhando uma ponte entre a prática psicanalítica e o exercício literário. Começou com um curso sobre a cegueira na obra de Borges, que dava destaque ao enfoque psicanalítico. Há coisas ausentes na obra de Borges. Sobre a sexualidade, há apenas uma alusão. Pensou em trabalhar a respeito disso, mas acabou privilegiando o tema da cegueira. O texto alude a temas que não estão visíveis, que são metáforas da cegueira.

Quer pensar a subjetividade na análise sem que se faça necessário o apagamento do autor. Quem é o autor das construções na análise? Nunca se fala do maternado de la obra, sempre da paternidade. Não deve ser à toa. Necessidade de alinhar o pai, já que a mãe é sabida e o *pater inerte*. Pensa também na função do jornalista que exerce a função do *copy-desk*. O analista também faz *copy-desk*, atento aos lapsos. Lembra-se dos *gremiers* que agi-

ram, desta vez, sobre a revisão da própria revista. Análise é como um texto que não se completa, por mais revisão que se faça. Talvez os autores possam aceitar isso com menos ansiedade.

Não há trabalho de revisão que se esgote. Deve ser algo que se refere à própria natureza desse objeto. Há o que fica fixado para sempre na linguagem e torna infundável o trabalho do revisor/analista. Há várias maneiras trágicas de interromper um texto literário ou um discurso analítico. Há o suicídio de autores no auge da produção. Ana Cecília retoma a colocação do Renato sobre a coerência da morte e da obra. A questão da autora evoca-lhe autoridade e alteridade. Na análise, o menos desejável é a autoridade. Autoria e alteridade continuam tendo a ver. Quanto à incerteza da paternidade, o método analítico já foi descrito como método da incerteza. Não há crivo de correção para as interpretações.

Ináias Meloahn:

Faz um comentário sobre a excelência da reunião. Diz que a consciência psicanalítica se organiza em situações como essa. Gostaria de dizer que esta questão consciência/inconsciente insere-se numa reflexão sobre problemas semióticos. Evoca uma versão do paradoxo de Russell: um cretense diz: "todos os cretenses são mentirosos." É uma situação sintática que mostra como se unem a sincronicidade e a diacronicidade. Assim ocorrem várias articulações do nosso saber. A psicanálise clássica traz fundamentos para certas concepções psicanalíticas. Freud traz problemas centrais das concepções de Brentano e de Stuart Mill. É preciso ver no que isso implica, em suas próprias concepções. Ele não deixa de ter feito uma revolução semiótica. Mas há diferenças entre a concepção da teoria e sua instrumentação na prática.

A consciência é hi-partite. O interior é o imaneente, o exterior é o fora. Se a consciência é constituinte ao não, é apenas um momento da minha fala. São concepções que implicam questões semiológicas. A forma contém a percepção. Quer apontar o sentido expressivo também apreendido sensorialmente, que podemos supor que exista intrinsecamente ao objeto. Imutância e transcendência são aspectos da função da consciência.

É importante pensar se o afeto é algo interno ou externo. Fala da noção de objeto como consciência de pulsão interna, e consciência de um objeto externo que será colocado por esse afeto.

Lembra-se de um caso narrado num fórum da Sociedade. O paciente chega e encontra a porta fechada. Diz: "Você dá a chave para alguém em quem confia. Dá a chave para outros." Discutiu-se a abertura do sentido. O afeto transcende a fala; *promete* no sentimento de encontrar o outro fechado. A apreensão dos movimentos pulsionais se dá primeiro como apreensão imaginária, depois com a consciência desse estado.

Lembra-se de Sartre: "amo as mãos finas ...", aí a primeira é a qualidade que envolve o objeto. Maneira fina de amar as mãos. Afeto ou consciência da apreensão afetiva? Discutiu-se um estado de alma é uma paisagem ... é uma forma de objetivar uma emoção. Só é possível apreender algo pela imagem. O resultado da apreensão se configura na apreensão afetiva. O afeto é uma apreensão indizível. A vivência do tempo rítmico constrói a temporalidade, como o fluxo e refluxo das ondas.

Edouard Benveniste setima o léxico. Os ritmos também são expressões linguísticas. Os escritos dos jônicos já trabalhavam a forma e a configuração. Nos diálogos de Platão, há novas configurações semióticas. O que é originalmente forma, na verdade configura-se no momento *stocástico* de um movimento. Depois é cadência e movimento na dança, como na poesia. Há ritmo na poesia e até na pintura. Olhar do quadro (como o do artigo da Noni) pede reorganização do corpo, escanções, separações, reuniões.

Renato Mezan:

Essa noção de ritmo como configuração e não só como pulção serve de gancho para a Noni e a Helena.

Noemi Moritz Kom

Pensa na resposta acontecimental. Primeiro não tinha a figura. Depois houve o arrebato do encontro e do reencontro. Primeiro perseguiu a imagem, depois ela o encontrou. Isso evoca a inversão causal da temporalidade em psicanálise.

Há um ato criador na psicanálise, relativo ao tipo de história que é construída, reconstruída, encontrada. Esse tema é ligado ao que trabalhou na sua tese. O artista faz *visível*, não imita. A criação de realidades novas é uma questão fundante, em práticas tão diversas como a arte e a psicanálise. É por isso que é importante a referência da psicanálise à arte: para pensar a psicanálise.

Helena Kom Rosenfeld

Suas questões também derivam da dissonância de mestrado, mas lá trabalha mais a questão da metáfora. Que figura é essa que articula palavra e afeto na clínica? É palavra que contém afeto. Fala poética. Na poesia, aparece como afeto cacafônico. É uma questão de representação, de presentificação, é icônica.

Não acha que o inconsciente esteja oculto para ser revelado. A interpretação é metáfora. Tenta dizer o que está lá sem forma, dá forma ao que já está lá. Não é pura inversão. Configurar quer dizer nomear. Configurar pode ser dar expressão. A metáfora dá expressão. Na clínica encontramos o aspecto denotativo e o expressivo.

Monte Meicher

Gostou muito dos comentários de Ruben, que o fizeram ver com mais clareza algumas coisas. Percebe que, ao elaborar seu artigo, queria desistir de articular as concepções de bela arte e arte do real. O trabalho freudiano procura avançar esta concepção sobre a arte, que a psicanálise pode construir.

Primeiro a arte tem a primazia de comunicar o que não se sabe, o que está fora da teoria, sendo proposto para outro saber. Há um campo que é delimitado pelo desenho teórico. É preciso avançar para ver o que sai dele.

Procura não desistir de fazer operar a uma topica. Há uma arte que fica aquém do que a sublimação consegue desenhar. Sempre esteve insatisfeito com os conteúdos teóricos do que se tem para falar de arte.

Miriam Chauderman

Procurou partir da fotografia, do teatro, de outras linguagens. É um mergulho que produz dificuldades. Não quis abordar questões metapsicológicas. Não se situou em uma topica. Tentou ver esse inefável de que Helena fala.

A fotografia atua a pulsão de morte. Toda arte é uma tentativa de trabalho com a morte, de romper o simbólico em direção ao real. Não há a possibilidade de pensar a positividade da pulsão de morte. Pensa no teatro conforme a concepção de Barthes. O que está lá é o personagem e é o ator.

Ver a fotografia não é a mesma coisa que ver o referente. Algo do referente explode, caso contrário não é arte. Como na peça, em que há a ironia do álbum de família. O texto faz um mergulho em um mundo que não é o nosso, para pensar outro mundo para nós, analistas. Parece-lhe interessante a idéia da ruptura do modelo óptico. Acha que tentou operar o que está proposto em outros textos da revista, ou seja, como a arte vem dar instrumentos para pensar aquilo que tentamos fazer.

*Maria José:*

Cunta sua experiência como analista. Levou seus trabalhos - desenhos - para sua analista, e ela lhe disse que esta não era sua especialidade. Depois levou suas poesias e disse: "não me diga que não é sua especialidade."

Faz alguns comentários sobre sua participação em um *workshop* sobre a morte, sobre o positivo da morte.

*Camila Salles:*

Gostou muito da fala de Wilson a respeito do seu texto. Acredita que tentou fazer uma travessia da composição na análise. Pensa em Freud, atormentado, fascinado pela tragédia. Procurou trabalhar como as artes entram na constituição da psicanálise; isto teria como paralelo a composição da história que o paciente faz e relata.

Também acha importante pensar a inter- e a intra-textualidade.

*Renato Mezan:*

Quer retomar o artigo de Paulo. Aí houve um mergulho na metapsicologia para apreender em que consiste o prazer na música. Queria engatar, na sua resposta, as

observações da Renata. Ficou também interessado pelo que Ruben trouxe quanto à afinidade de certas formas de arte com a nossa prática.

Acha que no seu texto escolheu um artista clássico, embora haja muito de demoníaco em Mozart. Sitou seu trabalho no plano da abordagem edípica clássica. Refere-se à discussão na aula da PUC, em que foi questionado por não ter dado continuidade à pista sobre Van Gogh. Abandonou-a porque lhe faltavam informações, mas uma aluna apontou que Van Gogh era psicótico...

No artigo, interessou-se pela idéia de Édipo *double bind* e pela questão da vingança. No conjunto, vê que escreveu algo do tipo mais tradicional, um estudo de psicanálise aplicada. Outros artigos exploraram formas mais ousadas.

Ficou mobilizado pela maneira como a relação de Mozart com o pai não emperra sua fecundidade criativa. Acha que seu texto tem um certo caráter "quadradão", escolar. Em todo caso, suas elaborações derivam de uma análise detalhada das configurações, e muitas vezes é disso que surge uma idéia nova em psicanálise, que dá validade ao caminho percorrido. No caso, são as idéias de Édipo em *double bind* e a metapsicologia da vingança.

*Renata Cromberg:*

Diz que não achou o texto do Renato nada quadradão. Após fazer seus comentários, deu-se conta de que o pai de Mozart está numa função de mãe, como evidência sua correspondência. Acha fundamental a articulação das problemáticas narcísicas e da lógica edípica, e a diferenciação entre vingança do pai e humilhação.

*Julius Melrohn:*

Pede para retomar a palavra.

Lembra o episódio de Demócrito, que ficava muito excitado e falava sem parar quando trabalhava. Chamaram o médico para cuidar dele. Veio Hipócrates, e então os dois continuaram conversando mais três dias e três noites.

Quer esclarecer mais a questão da arte e da constituição da percepção. A pintura e a poesia são construções de representações, processos importantes de construção da percepção. Em seu parecer, não há representação-coisa por trás das figuras temidas pelo pequeno Hans. Faz uma desconstrução do Édipo em Hans.

No texto de Freud sobre o esquecimento do nome Signorelli, ficam evidentes duas estruturas de consciência - sensualidade e morte. Traffei portanto a consciência discursiva. Transforma-se em busca da expressão de algo que não está lá. É o mecanismo de uma coisa substituindo a outra.

Busca-se a transição livre pela expressividade discursiva, que fica bloqueada por estados efetivos depressivos. É a busca de expressão de um nome impossível de encontrar. A ansiedade depressiva pode ser perceptível num estado superior de abstração.

*Francisco Elnaldo Teixeira:*

Atualmente, está havendo um trânsito do paradigma científico-técnico para o ético-estético. Muitas vezes se repõe o paradigma anterior. Talvez se trate de não construir um novo paradigma, talvez se trate de sair desta dialética de construção de paradigmas. No momento, há um desmoronamento da teoria do autor enquanto sujeito consciente e senhor dos seus processos. Mas não se trata da morte do autor. É um renascimento que, segundo Esposito, não será de um sujeito, mas de um modo de subjetivação.

Refere-se a um autor poético, imerso no movimento de um dever, em permanente construção e reconstrução da teoria. Isso é mais importante do que a construção de paradigmas, que poderiam recair no anterior.

*A discussão poderia continuar por mais tempo, já que certamente haveria o que aprofundar nas exposições que ouvimos; mas foi preciso encerrar o debate devido ao adiantado da hora.*

## GRUPO CLÍNICA

### 1- Quem somos e o que fazemos

*Quem somos atualmente?*

Somos um pequeno grupo de trabalho que passou por momentos de concentração quase absoluta sobre a concepção e implementação de um Projeto de Clínica para o Sedes, porém, grupo que se ocupou, dentre outras atividades, com uma proposta de Ante-Projeto de Setor Clínica para o Depto de Psicanálise.

Neste percurso outros membros do depto estiveram conosco e alguns deles optaram por permanecer vinculados apenas à Clínica do Instituto. Há ainda, os que estão na Clínica sem terem participado deste grupo de trabalho em nenhum momento.

Somos hoje cinco membros: Cleusa Pavan, David Calderoni, Denise Cardellini, Maria Antonieta Wathely, Maria Cristina Petry.

*O que fazemos neste momento?*

Estamos vinculados ao trabalho da Clínica do Instituto, coordenando grupos, setores, ou na coordenação geral, atendendo pacientes do convênio com a Cetesb, participando de grupos de trabalho para constituição de outros Serviços de Atendimento e Pesquisa.

Seguimos pensando, também, em como e por que estruturar um Setor Clínica no Depto. Nos últimos tempos nos deparamos com a falta de energia para levar esse projeto adiante. Afinal, a quem interessa

um Setor Clínica no depto? Em que moldes? Quem, além de nós cinco, estaria mobilizado para pensar na estruturação de um setor Clínica, quando a clínica está presente em todos os Setores do Depto? Que espaço poderia ser este?

Notícias nos chegam de que membros do depto gostariam de participar, trabalhando num espaço de clínica ampliado que implicasse interlocução entre experiências que se desenvolvem tanto no âmbito da Clínica do Sedes quanto em outros âmbitos.

Estivemos nos reunindo algumas vezes com a CCGeral no sentido de trocarmos algumas idéias sobre nosso trabalho, nosso fôlego e nosso ante-projeto de Setor. Pretendemos continuar com estes encontros

e divulgar as conclusões parciais a que chegarmos.

Concomitantemente a isso, decidimos nos articular com outros membros do depto para levar adiante alguns trabalhos:

1- Viabilizar os encontros para interlocução de diferentes experiências clínicas. Para tanto entramos em contato com o chamado "Grupo do 4º ano de 1995" que formulou uma proposta mais completa de Eventos por ocasião da convocatória da CCGeral para discussão de uma política de Eventos.

2- Organizar um espaço de interlocução mais constante entre pares, alunos e/ou membros do depto, que já atendem na Clínica do Sedes e queiram refletir sobre suas práticas clínicas em direção à produção de conhecimento.

Aqueles que ainda não atendem nesta Clínica e desejam fazê-lo imediatamente ou via um projeto já formulado poderiam estar também ocupando este espaço para implementação de suas atividades.

3- Divulgar para discussão no âmbito do depto,

linhas gerais do Projeto Clínico-Ético-Político em formulação na Clínica do Sedes.

A partir de tal orientação, consideramos que a assembleia anteriormente prevista para o 1º semestre de 1996 destinada a apreciar um Projeto para o Setor Clínica do Depto ficou suspensa, ficando também em aberto a questão da representação deste grupo de trabalho junto à CCGeral. David Calderoni, representante do grupo até este momento, se retira desta função.

Sobre o cabimento e a conveniência de indicarmos um novo representante junto à CCGeral para este período em que ainda não existe um Setor Clínica, o grupo estará discutindo, deliberando e informando proximoamente.

Neste número do Boletim Informativo fomos convidadas a veicular informes sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na Clínica do Sedes. Para tanto, sugerimos a todos os membros do depto que estão inscritos nela, que escrevessem notas sobre seus trabalhos. Esperamos que esta divulgação possa produzir inquietações e desejos de aprofundamentos.

## II- Recepção e Triagem

A triagem é um lugar privilegiado de cruzamentos: gente que vem dos mais diversos lugares com as mais diversas demandas, sendo encaminhados para os mais diversos terapeutas, com as mais diversas formações... Cruzamentos de olhares, de falas, de saberes entre os pacientes e nós triadores, entre nós e a instituição, entre o individual e o social e tantos outros "nós". A intenção aqui não é por ordem, organizar, classificar, enfim, triar no sentido de apenas incluir ou excluir. A triagem tem sido, a partir desse novo projeto, um trabalho essencialmente clínico. Ao receber os pacientes o triador encarna um lugar transferencial, sustentando e dando corpo ao investimento que o sujeito está fazendo na instituição, como lugar de "tratamento". O triador se encontra no intercruzamento das demandas dos pacientes e do caráter da "oferta" a que esta instituição se propõe. Trata-se de uma escuta que permite o circular, o fluxo-fluxo associativo dentro de um percurso institucional, que pode vir a propiciar uma fala que vai além da descrição dos sintomas. Isto uma vez que os pacientes vão também percebendo, às vezes com estranheza, esta

novidade: não se tratar ali de um espaço de seleção a partir de uma sintomatologia e/ou condição social. É uma oportunidade para aquele que procura ajuda ouvir na ressonância do grupo porque veio, como veio e o que espera, podendo dessa maneira formular melhor para si mesmo a sua demanda. O triador cuida para que as questões que emergiram, transformadas por esta experiência, seja remetidas de volta ao sujeito e a um lugar futuro de processamento.

Questões vêm aos montes: como se dará a continuidade deste trabalho enquanto uma clínica de serviços não está completamente instaurada?

Pensando a insipiência da relação transferencial neste momento e ao mesmo tempo sua intensidade, num contexto que é o de receber uma demanda cuja continuidade de acompanhamento se dará em uma outra instância, quais os limites e possibilidades de nossas intervenções? Quais seus efeitos para além do que podemos observar ao término de cada grupo? O que fazer com a fila de espera que se cria? E aqueles cuja "sintomatologia" não cabe em nenhuma proposta

Conforme já expusemos, a maioria das pessoas que trabalham na Clínica do Sedes não está no Grupo Clínica do Depto. Os informes aqui veiculados são informes de cada membro ou grupo de membros de cada Setor da Clínica, segundo suas inserções e desejos de manifestação.

Os Setores / Serviços estruturados da Clínica do Sedes são os seguintes: Recepção e Triagem; Centros Clínicos de Crianças, Adolescentes e Adultos/Terciaridade; Assuntos Externos Cadastro e Instituições; Pesquisa, Documentação e Publicações; Núcleo de Referência às Vítimas de Violência; Núcleo de Referência em AIDS; Convênio Cetes; Grupo de Trabalho em torno da constituição de um Núcleo de Referência em Psicoses; Coordenação Geral.

Aqueles que quiserem entrar em contato conosco (Grupo Clínica do Depto) poderão fazê-lo através de recados na secretaria da Clínica ou, pessoalmente, na Clínica, mediante combinação prévia de horário.

existente no momento?

O desafio maior é sempre o de não perder de vista a própria clínica, isto é, tudo que implica enquanto efeito sobre o outro a maneira de recebê-lo e tratá-lo. Receber cada um na sua singularidade, manter esse olhar, escutar os nomes próprios. A mesma tarefa para nós, "de dentro" da Clínica. São muitos profissionais envolvidos, de diferentes origens teóricas, com práticas singulares. O olhar da Psicanálise tem singularidades com respeito a outras práticas e saberes.

Faltou dizer de mais um cruzamento importante: a triagem vem sendo não apenas um lugar de transição no percurso do paciente, mas também entre dois momentos de uma história institucional em transformação.

Aline E. Camargo Gurfinkel  
Cláudia Justi Monti Schönberger  
Luciana Cartocci  
Nayra C. P. Ganhito

Obs.: damos parabéns que mantiveram a equipe dessa experiência até como um só véio e pessoal e que se encontram à disposição na secretaria da Clínica.

## III- Centro Clínico de Adultos

O Centro Clínico de Adultos é um dos espaços da Clínica organizados para viabilizar o atendimento de pacientes adultos. Aqui, isto se faz, a partir de diferentes propostas de trabalho clínico oferecidas pelos cursos e deptos, ou por ex-alunos/membros de depto que, mediante interesses temáticos clínicos comuns, formulam em grupo projetos de atendimento e pesquisa.

É um espaço, também, de articulação destas propostas com um projeto mais global de clínica e seu trabalho se realiza numa dinâmica que inclui vários tipos de encontros: clínicos, sobre projetos de atendimento organizativos e gerais; num ritmo semanal de trabalho, todas as quartas feiras, das 8:00 às 10:00hs, sala 69 do Sedes. Estes encontros são abertos a parti-

cipação de todos os interessados em desenvolver trabalhos clínicos com adultos no Instituto, desde que, membros efetivos do mesmo. Além destes, dois Serviços (o terapêutico e o de Projetos) com plantões definidos, e uma coordenação, sustentam os trabalhos deste Centro Clínico.

No momento, aproximadamente 350 pacientes

estão em atendimento e questões extremamente complexas têm nos atravessado constantemente. Os Centros Clínicos têm lidado ainda em grande medida com a porção "Clínica Escola" deste Projeto, o que nos coloca num embate cotidiano com muitos limites comprometedores do nosso desejo de dar continuidade a um processo clínico cuidadoso, desenhado na triagem.

Ultimamente, temos centrado esforços num trabalho sistemático de aproximação com os terapeutas alunos e os supervisores, com o objetivo de criarmos um campo de relações relativamente independentes dos cursos e depts, relações com um Projeto de Clí-

nica que ultrapassa os projetos específicos de formação de qualquer curso ou depto.

A estrutura do Centro Clínico de Adultos é a seguinte:

- 1) Um das quartas feiras do qual fazem parte:
  - responsáveis de cursos e depts pela clínica
  - responsáveis por projetos específicos ou atendimentos de convênios
  - triadores de adultos
  - responsável pelo Serviço Terapêutico
  - responsável pelo Serviço de Projetos
  - coordenador(a) do Centro Clínico

- 2) Serviço Terapêutico
- 3) Serviço de Projetos
- 4) Coordenação

Os membros do depto de Psicanálise que fazem parte deste Centro Clínico são: Cleusa Pavan (coordenadora), Luciana Cartocci e Nayra Ganhito (triadoras), Maria Antonieta Wathely (Convênio CETESB e membro do Grupo de Trabalho em torno da constituição de um Serviço de Atendimento, Formação e Pesquisa em Psicoses).

Cleusa Pavan

#### IV- Centro Clínico de Crianças

Durante as reuniões semanais do Centro Clínico de Crianças surgem as mais variadas questões. Elas dizem respeito tanto aos aspectos éticos que vão aparecendo no dia-a-dia de uma instituição. Esta inclui atendimento de psicoterapeutas em início de formação hem como o atendimentos que fazem parte de pesquisa.

O grupo, tão diverso em sua formação vem se empenhando na construção de linguagem comum. Nós, enquanto membros do departamento, temos podido

nesse contexto, contribuir com a visão psicanalítica. Na troca entre as diferentes abordagens, temos por vezes desfeito alguns estereótipos relacionados à Psicanálise.

Vencidas as primeiras etapas de implantação do projeto e com o amadurecimento decorrente da experiência acumulada, nossas reuniões vem se delineando cada vez mais como um "fórum de discussões clínicas". Assim, temos compartilhado vários temas instigantes da Clínica infantil. Destacamos a título de

exemplo:

- Qual o lugar dos pais no atendimento da criança?
- Como pensar o intrapsíquico em casos onde a realidade externa e as condições sociais se impõe de forma tão contundente?

As reuniões acontecem todas as 4<sup>as</sup> feiras entre 8 e 10 horas na clínica do Instituto e são abertas a novos participantes.

Aline F. Camargo Gurfinkel  
Cláudia Justi Monti Schoenberger

#### V- Núcleo de Referência às Vítimas de Violência

A Clínica Psicológica do Instituto abriga desde 1994 o Núcleo de Referência às Vítimas da Violência atendendo famílias de crianças e adolescentes que vivem situações de violência física e/ou sexual dentro de casa.

Trata-se de uma equipe de 14 profissional (do Departamento de Psicanálise, Adriana De Bona e Regina Guise de Almeida) atuando nas áreas de psicologia, psiquiatria e serviço social. A intervenção em várias abordagens, entre elas psicanálise, psicodrama e psicologia social têm enriquecido a reflexão e a discussão dos casos atendidos, que atualmente chegam a perto de cem famílias.

A proposta, antes de ser uma "especialização" (idéia algo estigmatizante, senão enganosa) em violência doméstica, tem como preocupação receber famílias e mesmo crianças já institucionalizadas em decorrência do problema, que apresentem esta questão como "sintoma privilegiado".

Com a intervenção nesses casos busca-se reconhecer nas histórias familiares possíveis repetições peculiares e desde aí produzir conhecimento desta experiência, sendo que o Núcleo possui uma área de pesquisa no tema.

As histórias destas famílias estão invariavelmente permeadas e impregnadas de segredos e silên-

cios, principalmente na ocorrência de incesto nas "famílias incestogênicas". A dinâmica familiar apresenta contornos confusos com papéis e lugares não definidos e se constata a não introdução ou o não reconhecimento da lei nas relações entre pais e filhos.

Uma dificuldade importante neste trabalho, se pensarmos em como se dá a demanda de análise, passa pela própria forma de chegada dessas famílias. Geralmente são encaminhadas por instituições "representantes da lei". Em poucos casos existe uma demanda de fato por tratamento expressa pela própria família. A entrada da "lei" desde fora, cria uma rede transferencial muito complexa que acaba por incrementar resistências difíceis de transpor.

No exemplo do incesto, o pai incestuoso não reconhece o abuso sexual como tal, anquirado em justificativas pseudo-culturais na linha "eu criei, eu tenho o direito...", mas sobretudo apresenta características perversas onde não há o reconhecimento da transgressão e dos limites na relação com o outro, mostrando-se submetido aos seus próprios impulsos e ao próprio gozo.

Quanto à criança escolhida - escolha esta muitas vezes ancorada em vivências passadas dos pais, expressa frequentemente em seus relatos e lapsos - se evidencia uma angustiante ambivalência ora com sen-

timentos de repugnância, raiva, medo e ora prazer na situação do incesto.

Muitas mães tendem à negação mesmo diante da cena incestuosa, o que vem complementar a dinâmica propiciadora do abuso. A função encobridora e não protetora dessas mães, escutada com seus nuances diversas em cada história trazida, levantam questionamentos quanto às implicações psíquicas no estabelecimento e manutenção destas dinâmicas.

A contribuição da psicanálise nestes questionamentos se são valiosa. Desde Freud com a teoria da sedução e seus desdobramentos, com a noção de fantasia, da sexualidade infantil passando por conceitos como os de gozo e desejo em Lacan tem tomado possível algumas elaborações sobre o fenômeno.

Além da presença de financiamento do projeto (os profissionais, hoje, atuam voluntariamente), temos nos deparado com a necessidade de parceria com as instituições principalmente médicas, jurídicas e educacionais, com todas as suas implicações.

Estamos diante de um trabalho complexo em vários aspectos e ainda sob este prisma, a própria convivência entre abordagens e linhas de atuação diversas tem sido bastante instigante e desafiadora.

Regina Guise de Almeida



## VI - Núcleo de Referência em AIDS

O Núcleo de Referência em AIDS, formado no final de 1994, é um grupo de trabalho multiprofissional, composto por nove pessoas, sendo oito profissionais da área "psi" - psicodrama, psicanálise, psicoterapia reichiana, psicodinâmica e psicossomática - e um médico, contando ainda com quatro colaboradores. Possui uma coordenação triplíce, eleita por indicação e voto do grupo. Tem participado de supervisões periódicas com um psicanalista com prática clínica e institucional em saúde e AIDS.

A premissa básica que sustenta as propostas de trabalho no NRAIDS é a convicção de que a pandemia de AIDS repercute em diferentes âmbitos do existir humano, e age, enquanto fenômeno de saúde mental, ao produzi-lo em um campo de representações psíquicas que transcendem o espaço objetivo de contaminação.

Em concordância com o projeto de Clínica So-

cial e de Serviços desse Instituto, o NRAIDS busca desenvolver uma atitude clínica em promoção de saúde, através do planejamento e execução de práticas em formação, pesquisa, atendimento e prevenção, dentro e fora da comunidade do Sedes.

Em setembro de 1995, o NRAIDS realizou a pesquisa "Coleta de perguntas sobre HIV/AIDS", para levantamento de dúvidas sobre Aids dentro do Sedes. Esta pesquisa resultou na publicação de um "Manual de Orientação HIV/AIDS", amplamente distribuídos, no Sedes, com as informações referentes às questões mais frequentes. No dia 1º de Dezembro de 1995 - Dia Mundial da Luta Contra a AIDS - o NRAIDS realizou uma jornada com a apresentação de um filme documentário - "Olhos Tristes" de Olívio Tavares de Araújo seguida por um fórum de debates.

O passo seguinte foi a elaboração de um projeto para a "Formação de Promotores em Educação para a Saúde", focalizando a pandemia de Aids, com o objetivo de oferecer um espaço de capacitação para profissionais da educação.

A realização mais recente do NRAIDS foi um conjunto de "Oficinas em Saúde Coletiva" dirigidas à comunidade interna do Sedes, amplamente divulgadas em função dos diferentes públicos-alvo: funcionários, alunos, professores e profissionais da clínica.

A continuidade natural de nossa atividade é o diálogo permanente com quantos participantes do Sedes se interessarem pelo projeto.

Maria Elisa Pessoa Labaki

Cláudia Paula Santos

## VII - Coordenação da Clínica do Instituto Sedes

A Coordenação da Clínica do Sedes é composto por um representante de cada setor da clínica - o coordenador de setor - e um coordenador gerente (selecionado pela Diretoria do Instituto). Esta forma de gestão - a forma do colegiado - tem seus limites, mas também suas possibilidades, tais como fazer discutir e fazer circular, da forma mais ampla possível, os rumos que vão tomando a implementação do Novo Projeto de Clínica - aprovado em 94 - a partir do cotidia-

no dos trabalhos e do movimento institucional.

A atual coordenação da Clínica entende que justamente uma de suas principais funções é criar dispositivos que permitam que este projeto mantenha-se em análise permanente, podendo assim produzir novas práticas, questionamentos, reflexões teóricas, pesquisas, etc.

Esta instância coordenação da clínica é também uma instância deliberativa, executiva, de apoio e

assessoria aos diferentes setores de atividade da clínica, ancorada nos trabalhos destes setores funcionando como articuladora das políticas clínico-institucionais em andamento. É ainda um dos meios através dos quais a clínica se comunica com a Diretoria do Sedes.

Cleusa Pavan

Maria Angela Santa Cruz

## VIII - Um Ponto de Vista

Durante quatro anos de trabalho, este grupo, do qual faço parte desde o início de suas atividades, teve sua produção voltada basicamente para a concepção e implementação do Novo Projeto de Clínica do Instituto Sedes.

Enquanto psicanalistas do Departamento, estivemos levando para o interior da Clínica do Instituto concepções de clínica institucional, forjadas em diferentes âmbitos de nossas atuações profissionais, um dos quais este grupo.

Inicialmente, no interior do Departamento de Psicanálise, estivemos divulgando o andamento de nossos trabalhos e o projeto em gestação, via Boletim Informativos, Encontros com os Setores, Encontros com CCG-gestão 94/95, espaço Aberto, reuniões com interessados imediatamente em trabalhar na clínica do Sedes, etc.

Durante este período, tentamos, através destes procedimentos, ampliar nosso universo de interlocução e troca intra-departamento, o que nos conferiu parâmetros de atuação mais abrangentes já que conseguimos um número razoável de interlocutores.

A partir desta troca, demos continuidade ao nosso envolvimento com a elaboração do Novo Projeto de Clínica do Sedes.

Do ponto de vista do Departamento, éramos um grupo de trabalho (que começou com duas pessoas e foi se ampliando), muitas vezes considerado Setor Clínica, embora sem projeto de Setor definido e aprovado em assembleia.

Até 93/94, estávamos envolvidos com duas frentes de trabalho:

- a Clínica do Instituto Sedes - Novo Projeto
- o Projeto História e memória do Departamento de Psicanálise em sua vertente clínica.

Em 94/95, envolvemo-nos também com a elaboração de um ante-projeto de Setor Clínica para o Departamento de Psicanálise. Concebíamos que o trabalho junto à Clínica do Setor era apenas uma das frentes de atuação de um possível futuro Setor Clínica.

### I

O trabalho em torno da História e Memória do Departamento no seu vértice Clínica, ocupou-nos du-

rante inúmeras horas de entrevistas, transcrição, discussão do material coletado e esboço de texto síntese do mesmo. Entrevistamos aproximadamente 20 pessoas "representativas" de diferentes épocas, desde o início do curso até 1994. Consultamos, também, documentos do mesmo período.

A "conclusão", embora parcial das atividades, ou seja, a relação do texto História e Memória, foi declarada inviável porque, durante os meses trabalhados neste projeto, fomos nos deparando com uma dimensão que não havíamos entrevisto como tão problemática inicialmente. Sabíamos que escrever uma História e Memória deste coletivo não seria uma mera atividade de compilação linear de acontecimentos e suas versões factíveis de ordenação e relatos simples. Porém...

A todo momento éramos atravessados por questões político-institucionais trazidas pelos entrevistados, que requeriam, para "organização" em material passível de publicação, retornos aos entrevistados e outras atividades de processamento que exigiram muitas horas mais de trabalho, horas não previstas inicial-

mente, e de que não dispunhamos. Era o caso de uma reinscrição de "tarefa" em outro contexto. Ficou-nos muito claro que o Projeto História e Memória deveria se constituir enquanto um projeto de pesquisa, discussão, organização e redação de um material muito polêmico e mobilizador em vários sentidos, inclusive no número de horas a serem despendidas e precisaria ser levado adiante por um grupo, talvez, especificamente voltado para este fim. Para nós, naquele momento, isso não se colocava como possível. Estávamos submetidos a um ritmo intensíssimo de trabalho na Clínica do Sedes, éramos poucos e não tínhamos fôlego para tanto, apesar do interesse que a atividade despertava. Sembramos, no decorrer deste trabalho, que outras instituições, como a Sociedade Psicanálise-SP, levaram 5 anos para concluir o trabalho de redação de sua História, publicada recentemente em forma de livro.

Depois de muitas discussões, houve um por bem suspender temporariamente o projeto e todo o rico material coletado encontra-se à espera de condições mais favoráveis para divulgação.

## 2

Já o trabalho de concepção e implantação do Novo Projeto de Clínica do Instituto foi e está sendo conduzido até outras consequências, algumas das quais gostaria de arrolar agora.

Importante ressaltar que, desde o início, o grupo de membros do Departamento envolvido com o projeto da Clínica do Sedes foi considerado pelo Instituto como representante do Departamento de Psicanálise junto à Clínica e como uma força muito importante do processo de transformação da mesma.

Neste movimento, fomos convidando, acolhendo iniciativas de participação e — contribuindo com a inserção de um número bem maior de membros de Departamento. No momento, somos aproximadamente 20 pessoas ocupando diferentes lugares de produção clínica e/ou organizativa, lugares reconhecidos como de sustentação de projetos de trabalho na área de Saúde Mental Pública. Nestes lugares, reflexão e conhecimento são produzidos num processo permanente de questionamento das políticas de Saúde Mental implementadas, ou em implementação, pelo Sedes, rumo às novas possibilidades.

Algumas destas pessoas, fazem parte do Grupo Clínica, outras já o fizeram durante algum tempo, optando por permanecer apenas na Clínica do Sedes, e outras, ainda, nunca estiveram nele.

A meu ver, o fórum Clínica do Instituto Sedes tem sido um espaço de muitas possibilidades. De um lado, possibilidade de trabalho clínico e/ou institucional e, de outro, possibilidade de conhecimento e troca a respeito do que fazemos em termos clínicos (nós, nossos colegas psicanalistas e outros colegas de abordagens diferentes) e a respeito de concepções sobre o objeto de nossas práticas, os objetivos que delineamos enquanto psicanalistas para nosso tra-

balho em uma instituição determinada, numa conjuntura e sociedade determinadas.

No calor da produção e estruturação de trabalhos clínicos em diferentes níveis, nós, psicanalistas deste Departamento, nos falamos, nos escutamos, crescemos em termos de clínica e de concepções clínico-ético-políticas. Esta cultura de discussão clínico-ético-institucional tem nos sido preciosa enquanto um elemento da nossa processo de (trans)formação permanente.

No Sedes, uma Clínica de Serviços vem ganhando forma, conteúdos e expressividade qualitativa e quantitativa razoáveis. Esta Clínica tem repercutido razoavelmente nos cursos, tem dialogado com diferentes modelos de clínica e de formação e suscitado questões e implicações de diferentes ordens. Tem repercutido também no Instituto enquanto um todo na medida em que solicita tomadas de posição de ordem financeira, política, etc.

Para o Sedes, o trabalho de transformação da Clínica tem sido reconhecido como de importância relevante. A Diretoria do Instituto vinha tentando encaminhar alguma mudança na Clínica — isso ficou mais evidente a partir do trabalho do anterior Setor Clínica do Departamento (de 89 à 92) que evidenciou com muita clareza os impasses e contradições do modelo de Clínica então em vigor — e esboçou uma iniciativa: repensar a coordenação da Clínica. Esta iniciativa foi transformada, por todos que se envolveram com o trabalho de reformulação da Clínica, num movimento de mudanças muito mais radicais do que a própria diretoria do Instituto podia antever e com as quais acabou se comprometendo a partir da assimilação das novas propostas e de muitas de suas consequências.

Hoje a Clínica ocupa um lugar de destaque no conjunto das atividades do Sedes, por mais que o que tenhamos ainda esteja muito longe daquilo que desejamos. O fato da Clínica ocupar um lugar de destaque tem sido mais palpável atualmente. Este movimento, porém, foi sinalizado pelo Grupo Clínica do Departamento já nos idos de 92/93, como um movimento tentativa de resgate de algumas coordenadas de um projeto político de inserção do Sedes no campo do Social, perdidas no período posterior ao fim do regime militar.

Outrora ocupando um lugar de destaque no combate à ditadura militar e seus ditames repressivos, o Instituto se colocava como um espaço de resistência a diferentes tipos de dominação, exploração e cerceamento de liberdades e, enquanto tal, era reconhecido como acolhedor de propostas e projetos alternativos de poder e de transformação da sociedade brasileira. Naquela conjuntura, além de muitas atividades que propiciou, formou uma estrutura básica de atuação e sustentação: a estrutura de Cursos. Visava com isso a formação de agentes transformadores, multiplicadores de práticas alternativas no social.

Esta estrutura sustenta o Sedes, inclusive financeiramente, até os dias de hoje.

Porém, há tempos, mudanças políticas, econômicas e culturais vêm sendo operacionalizadas no conjunto da vida social brasileira e o Instituto veio perdendo projeção política e visibilidade por conta de que o projeto político sobre o qual se sustenta, de certa maneira, pulverizou-se. A sustentação via cursos encontra-se ameaçada, a meu ver, tanto financeira quanto politicamente.

O Sedes é hoje pouco conhecido pelas novas gerações de universitários e, mesmo os "velhos", se vêm confusos quanto a sua caracterização e quanto a suas inserções nele.

Hoje, tem sido mais frequente um certo consenso de que é preciso repensar muitas coisas. A complexa situação sócio-político-econômica tem colocado a necessidade, entre outras coisas, de uma séria discussão em torno das bases de sustentação de diferentes instituições no campo do social. A Instituição Sedes não poderá deixar de encarar a atividade de repensar seus objetivos, suas práticas e seu projeto de inserção na sociedade civil brasileira sob pena de comprometer sua viabilidade.

Nesta impugnação, a Clínica, com seus novos contornos, aparece para o Instituto como uma das vias de resgate de uma função cara a ele e aos que fazem parte, mesmo que, a partir de projetos relativamente independentes, função de referência expressiva em termos de Política de Formação e Atendimento em Saúde Mental. Mais especificamente, referência em termos clínicos.

Quando a comissão de Comunicação do Instituto Sedes se reúne e pensa em estratégias para conferir maior visibilidade ao Instituto, os trabalhos "convocados" a aparecer nos jornais, na mídia, são dentre outros, os da Clínica. Por exemplo, os do Núcleo de Referência às Vitimas de Violência, ou possíveis eventos sobre Políticas de Saúde Mental organizados também com a Clínica. Clínica/Projeto cujos trabalhos começam a ganhar maior densidade agora colocando os numa situação de intensas discussões para enfrentamento dos impasses e do distanciamento entre o desejado e o possível.

Neste movimento, a Clínica tem levado para o Conselho do Instituto (instância que reúne representantes de todos os setores de atividade do Sedes) a proposta de desencadeamento de um processo de discussão sobre o Sedes e seu(s) Projeto(s) de inserção no campo do Social. Se a estrutura de sustentação atual — Cursos — está razoavelmente comprometida política e financeiramente falando, o que pode significar uma estrutura que, além de cursos, se consolide a partir de Serviços, tal como a Clínica vem propondo? Como poderiam ser sustentados Serviços de Atendimento Formação e Pesquisa na área de Saúde Mental, e como poderiam contribuir, ao lado dos cursos, com a sustentação do Sedes? Que políticas poderiam ser

estabelecidas e em que bases? Que Sedes estaria em questão neste contexto?

Este é um assunto que, invariavelmente, faz parte do campo de problematizações daqueles que realizam um trabalho Clínico Institucional aqui. Desenvolver projetos clínicos numa instituição sem que a mesma esteja em questão quanto a aspectos os mais variados, facilitadores ou impeditores destes projetos, parece impossível.

Este é um assunto que talvez devesse, também, ser parte integrante do campo de problematizações do Departamento como um todo, a partir de dois eixos fundamentais de discussão:

1- Qual o sentido hoje de estarmos no Sedes? Em que bases implicativas tem sentido continuarmos nele?

2- Qual o sentido de um trabalho psicanalítico numa Clínica Institucional, Clínica do Sedes?

Diante de pergunta como esta última, é comum ouvirmos, no Departamento justificativas que veiculam conceitos e preconceitos que precisaria ser postos em circulação para serem trabalhados. Algumas delas estão indelutavelmente atreladas aos efeitos da crise econômica no movimento dos consultórios particulares: consultórios vazios justificariam o interesse no traba-

lho em clínica institucional. Outras, situam este interesse numa outra ordem de valores, valores que vão muito além dos exclusivamente econômicos e se referem à sobrevivência de um projeto mais amplo com e a partir da Psicanálise no campo do Social. Social concebido como campo complexo de produção e apropriação de diferentes ordens de bens e de riqueza, mas, fundamentalmente, CAMPO COMPLEXO DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE, onde não cabe a redução: Social = Pobreza.

Outras justificativas que frequentemente circulam, situam-se na órbita da culpa: o trabalho em Clínica Social-Institucional justifica-se como "doação" de algumas horas, espécie de "pagamento" pelos "privilegios" de pertencer a uma classe social melhor situada em relação à distribuição de riquezas, numa sociedade que se pauta pela total desigualdade de condições de acesso a tudo o que se produz.

Os psicanalistas deste Departamento envolvidos com a Clínica do Sedes (os que fazem e os que não fazem parte do grupo Clínica), estão às voltas cotidianamente com estas questões/reflexões, colocando suas práticas em permanente análise, processando conflitos, contradições, impossibilidades, e delineando políticas de intervenção. Alguns colegas, estão tam-

bém no Setor de Saúde Mental e Instituições.

A meu ver, apesar de uma troca acontecer a partir destas "duplas" inserções, seria muito interessante e proveitoso se pudessemos arranjar outros meios de interlocução, inter-projetos e intra-Departamento, como a re-visões e novas formulações.

A terceira frente de trabalho com a qual o grupo clínico se envolveu foi a de elaboração de um Ante-projeto de Setor Clínica no Departamento. Este Ante-projeto foi apresentado em 94 durante a jornada sobre Formas de Gestão organizadas pela CCGeral-93/94. Até o momento sua discussão não ultrapassou os limites do próprio grupo. De uma discussão mais ampla dependerá a transformação deste Ante-projeto em Projeto a ser apreciado em Assembléia Geral do Departamento.

Uma vez um Setor organizado, as relações Departamento Clínica poderão, talvez, estar sendo colocadas em outras base, se isto for de interesse do Departamento, e as condições de possibilidades de muitos dos alunos do curso, ou membros do Departamento, estarem atendendo individualmente, poderão estar sendo produzidas de maneira mais coletiva.

Cleusa Pavan

## EVENTOS

### 1 - Síntese

Na assembléia de 13.05.95 o Setor de Eventos foi dissolvido e na mesma data foi proposta a criação de uma comissão provisória de eventos ligada a CCG. Para constituir esta comissão a CCG enviou uma circular datada de 11.03.96 a todos os membros para definir sua política e programação. A reunião se realizou no dia 20.03.96. O texto que se segue é a síntese dos assuntos aí abordados e discutidos.

Ízabel começa a reunião retomando o tema da circular e convidando os presentes para fazerem propostas ou participar das que forem apresentadas. Comunica uma proposta feita pelo grupo de professores: eventos internos sobre formação, com a presença do Curso, Curso de Psicose, Setor de Saúde Mental e Setor Grupo de Estudos.

Cleusa P. sugere a realização de encontros clínicos internos: as pessoas envolvidas na formação do Setor Clínica e na Clínica do Sedes, membros do Departamento, têm muito trabalho para mostrar. Mas não há fôlego para organizarem este trabalho sozinhos. David C. acrescenta que a idéia é embrionária mas vital. Segue-se uma discussão sobre quem faria parte destes encontros: a clínica do Departamento e/ou clínica do Sedes. Ízabel pondera que neste momento a melhor política seria de que os eventos fossem organi-

zados em torno da produção do Departamento.

Daniel pergunta se um espaço para discussão de casos, pequeno, íntimo e regular pode ser considerado evento, e qual seria então a política para eventos.

Fátima respondendo a Daniel define evento por sua regularidade, frequência e por ser pontual. Cleusa acrescenta que ele se constitui na delimitação de um acontecimento específico. A política deveria ser a circulação interna da produção, articulação dos setores. Quanto a clínica, continua, tanto a institucional como a privada deve ter lugar nesses espaços íntimos. Pergunta-se como produzir um tipo de interlocução que nos torne reconhecíveis. Eventos organizados para dentro podem vir a dar um salto que podem transformá-los em eventos para fora e vice-versa. Considera a articulação inter e intra setores importante, articulação que pode potencializar seus produtos e transcender os próprios setores.

Márcia S. faz uma proposta de evento em nome de um grupo: eventos pequenos, regulares; este grupo, diz, está preocupado em pensar política de formação. Não é uma supervisão o que está se propondo mas sim estudar questões teóricas a partir de um caso. Queremos desenvolver um trabalho fora dos mega eventos; queremos que saibam que uma reunião acon-

tecerá todas as quintas feiras por exemplo. Este evento deve se alternar com outros acontecimentos. Zélia faz algumas sugestões: falar de questões clínicas, trazer a produção dos membros - publicações, teses, monografias. Estas reuniões se efetivariam com o trabalho do nosso grupo<sup>1</sup> e de outras pessoas que possam vir a se interessar. E Zélia continua dizendo que podem fazer parte de uma comissão provisória de eventos. Márcia S. continua explicitando sua proposta: criar um espaço de produção teórica; por exemplo, escolhamos um tema e o trabalhamos durante todo o ano; apresentação de trabalhos não publicados na *Percurso*, criar um espaço intermediário para aqueles trabalhos que ainda não estão prontos para publicação.

Mário pondera que se pode organizar eventos de diferentes tamanhos: mega, meio mega, e íntimos. Lembra os eventos sobre Interpretação, Aids onde foram discutidos casos clínicos com resultados interessantes. Sugere que os tamanhos não devem se excluir mutuamente. Daniel lembra que estes espaços tem que ser implantados e alguém tem que se encarregar disso. O que está considerando como evento é um acontecimento não regular. Ízabel lembra o insucesso do espaço aberto, ao que Fátima responde que este é um outro momento; na época do Espaço Aberto havia má-

ta oferta e pouca demanda para esta atividade. Daniel considera os grupos pequenos mais adequados porque podem atender melhor a comunidade do Departamento, no que se refere ao tempo de casa. Ana L. acredita que o grupo representado pela Marcia captou uma demanda e talvez eles próprios possam trabalhar e se remeterem a CCG, às pessoas que tem mais experiência na organização deste trabalho, quando necessário. Determinar espaço físico, data, definir o programa, isto é importante, lembra Ana. Mario sugere a criação de uma sub-comissão com tarefas específicas, uma vez que há demanda para esta atividade. Seria interessante, diz, pesquisar no que as pessoas estão trabalhando, e a partir daí escolher temas. Poderia existir uma ligação direta com a CCG, ou alguma organização intermediária. Silvia lembra que já existe um questionário para pesquisar os temas de interesse; diz gostar muito da proposta e pergunta se a idéia é formar uma comissão de Eventos. Izabel relembra sua fala inicial sobre a dissolução do setor; a CCG recebe a proposta e quem a fez leva-a adiante. Mario afirma que os ramos gerais são dados pelo Departamento, e um subgrupo os realiza. Daniel pergunta se uma vez delegado o grupo tem liberdade, autonomia como um setor. Mario responde: pode haver um grupo de pessoas que assumam o trabalho por um tempo. Daniel torna a perguntar: no percurso, as pessoas devem mudar? Fátima diz que não se têm respostas para estas perguntas; para algumas funções há necessidade de rotizão e tempo determinado por decisão do próprio Departamento. Política de eventos é decidida pelo conjunto do Departamento; a proposta da Marcia está alcançando idéias que já existiam, e agora estão sendo afinadas. Há autonomia sim na execução. Daniel argumenta que os eventos estão no limite do que considera necessário ao Departamento: um espaço constante de interlocução, interlocução com experiências que vêm de fora. Nessa proposta, diz, é organizar um evento de um tema, considerando diferentes escolas de psicanálise e correntes. O tema que escolhemos está contido em pen-

samentos originários aqui no Brasil. Mara pondera que o tema escolhido por eles<sup>2</sup> tem preocupado muitos autores; é um tema atual, de interesse e a *Percursos* recebeu muito material sobre o assunto. Mara apresenta na íntegra<sup>3</sup> a proposta e justifica a escolha dos temas e dos nomes para desenvolver cada um deles. Cleusa expressa a preocupação se ao investir muito num evento o outro não fica desinvestido (referindo-se ao projeto apresentado pela Marcia). Ana L. considera que há espaço para os dois. Cleusa acredita que é preciso grande investimento para as realizações internas e pergunta porque pensam em convidar tantas pessoas da Sociedade. Mara responde que as pessoas foram escolhidas pelo seu trabalho e que além disso, gosta de algumas coisas pensadas lá. Silvia concorda com a importância de se fazer trocas com pessoas de fora do Sedes, e pede esclarecimentos sobre a formação das mesas: porque a pertinência institucional foi tomada como critério? Diz Daniel: O Nicóias e o Rodriguê foram escolhidos pelo percurso que fizeram. É um bom critério; aí não se leva em conta a pertinência. O que se leva em conta é o percurso, a produção. Pode-se, continua Silvia, realizar um evento interinstitucional. Mas quando o que prevalece é a aproximação com outra instituição se misturam os critérios. Daniel responde dizendo que o critério não é a pertinência, é um mero acaso que as pessoas de fora que foram convidadas tenha ligação com a Sociedade. A escolha das pessoas do Sedes, sim, obedeceu ao critério da pertinência. As pessoas de fora representam um trabalho e um autor no qual estou interessado. Bion. É um autor que se preocupa com estética. Silvia pergunta: se o critério é o da pertinência porque não escolhem um autor de maior peso que J.G. Mara responde ponderando que os convidados não precisam ser estrelas, o importante é o trabalho. Fátima pondera, por sua vez, que os convites podem ser lidos como institucionais. A instituição, continua, via determinadas pessoas se posiciona de determinada forma em relação ao Departamento. Já fazemos uma política de boa vizinhança, o

que criou um grande mal estar. Que posições institucionais estas pessoas ocupam, pergunta. Daniel responde que precisamos experimentar. Mario afirma que não se trata de dizer que a Sociedade de Psicanálise não nos interessa, mas é preciso tomar cuidado. Sugere outro nome. Mara responde que o nome sugerido não é de um psicanalista, e ele mesmo considera que faz um outro trabalho. Fátima sugere que os lucanianos se interessam pelo tema. Silvia retoma sua preocupação dizendo que o evento deve ter uma configuração clara e explícita; deve-se esclarecer o critério; por exemplo, criatividade e estética do ponto de vista bioniano. O critério de escolha tem que ser explicitado. Mario considera que o tema deve ser mais discutido. Izabel afirma que o cargo e o lugar político que a pessoa ocupa na instituição tem que ser considerado. Daniel responde dizendo não ser esta sua preocupação, e que se perde quando há muita sensibilidade institucional. Mario diz que o evento tem importância para fora e para dentro do Departamento. Há que se considerar uma política para fora; mas o evento não é o único momento desta política. Sem dúvida, isto pode ser pensado: por exemplo a *Percursos* poderia fazer uma publicação junto com outras publicações. Temos aproveitado mal nosso contato com os de fora: não temos dado retorno. Isto dificulta a vinda de convites aos membros para atividades fora do Departamento. Nossa política tem sido muito tímida. Daniel diz que na prática as coisas se tornam difíceis; discutimos muito mas os projetos concretos são poucos, acrescenta. Fátima sugere que a conversa continue num outro momento.

E.W.

1. Marcia S. e Silvia B. em parte de um mesmo grupo de trabalho que fez a proposta deste evento.

2. Daniel e Mara que a via como uma proposta de evento por enviar a CCG em data anterior a esta reunião.

3. Ver: *Condição J.*

## II - Inquietações na Clínica Cotidiana

O objetivo desta atividade é o de oferecer um espaço, com frequência regular, para compartilharmos nossas dificuldades, questões e inquietações clínicas. A idéia é a de buscar uma dinâmica fecunda de trabalho coletivo que propicie um debate enriquecedor para todos.

A primeira reunião, dia 16 de maio (terceira quinta-feira do mês), teve como eixo para reflexão a

monografia de Márcia Soléria, apresentada no final do 4º ano do curso. O ponto de partida foi, um estudo "Sobre o recalçamento e seu papel na constituição do sujeito", onde procuramos refletir sobre as intervenções clínicas possíveis em casos de "transtornos de estruturação do aparelho psíquico".

Nas outras quinta-feiras do mês o espaço permanecerá aberto, no mesmo horário e local, para

constante avaliação e preparação das reuniões. Assim, qualquer membro do departamento ou aluno do curso poderá propor apresentação de seu trabalho, concluído ou em fase de elaboração, bastando para isso comparecer.

Reunião todas as terceiras quintas-feiras do mês, às 20:30 h, sala 05, Instituto Sedes Sapientiae

## III - Estética na Experiência Analítica

O Departamento de Psicanálise realizará em setembro de 1996 o evento ACONTECE-

MENTO ESTÉTICO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA. Vários aspectos estéticos da clínica se

rão abordados desde concepções e práticas psicanalíticas diversas.

As mesas que compõe o evento são:

- 17/9 - **Concepções Estéticas na Psicanálise**  
Janete Frochtengarten - Maria Inês R.F. França - Leopoldo Nosek  
Coord: Renato Mezan
- 20/9 - **Dimensão Estética numa Sessão de Análise**  
Mirian Chinaderman - Chaim S. Katz - Luiz Meyer  
Coord: Mara Selaibe

- 24/9 - **Criatividade e Processo Analítico**  
Ana Maria Amaral - Joel Birman - Liane Pinto Chaves  
Coord: Daniel Delouya
- 26/9 - **Formas Simbólicas e Trabalho Analítico**  
Isaías Melsohn - Emilio Rodrigué  
Coord: Mário P. Faks
- Contamos com a participação e divulgação dos membros e alunos do Departamento de Psicanálise.

Organizadores: Daniel Delouya e Mara Selaibe

Informações e Inscrição:

Departamento de Psicanálise  
Instituto Sedes Sapientiae  
Rua Ministro Godói, 1484 - Perdizes  
Fone: 262-8024

## LANÇAMENTO

### I - Percurso nº 16

Depois de um número fortemente temático, a próxima edição de Percurso não apresenta um tema central. Foram selecionados dez artigos, além da Entrevista com Radmila Zygouris, de uma novidade - o "debate" - e de cinco Leituras.

Joel Birman escreve sobre a reação suscitada entre seus colegas do Rio e de Paris pela notícia de que fecharia seu consultório por um ano ou dois para estudar na França. Da indignação à paródia e à inveja, as reações dos analistas foram um choque e uma surpresa para Birman, que reflete sobre o sentido do que experienciou. Daniel Delouya aborda a figura de Goethe ao imaginário de Freud, retrabalhando um tema que havia exposto num dos textos para o Congresso de 1994. Dois artigos - de Flávio Carvalho Farias e de Décio Gurliukel - focalizam a questão da psicossomática e de suas relações com a psicanálise freudiana no sentido mais clássico. Estes textos conversam com o de Felícia Knobloch, "Ferenzi e a Clínica do Trauma", e com o de Paulo Carvalho Ribeiro, que discute a teoria da sedução de Laplanche comparando-a

com a "primazia do significante" cara a Lacan.

Luís Cláudio Figueiredo faz uma releitura de "Construções em Análise", tomando como fio condutor certas idéias de Heidegger. Suely Rolnik discute o "bêbado antecênico" em Lygia Clark, enquanto Odélio Basile e Simone Antê relatam e questionam a experiência de atendimento num hospital dia para crianças psicóticas na rede pública de São Paulo. Por fim, Ana Raddi Uchua abre a discussão sobre a rede Internet e sobre as interações que ela propõe, interrogando-se sobre o tipo de alienação característico do universo virtual.

A entrevista, com Radmila Zygouris, é das melhores e mais provocativas que Percurso já publicou. A Comissão de Entrevistas teve a idéia de pedir a duas colegas nossas, Janete Frochtengarten e Maria Cristina Ocariz, que comentassem brevemente - uma página cada uma - a noção de "idéias parasitas" a que Radmila se refere no artigo sobre o Olhar Selvagem, que publicamos no número 11. Assim, poderemos ler duas reflexões independentes sobre a mesma questão, numa prática interessante e inovadora dentro dos padrões da revista.

Quanto às leituras, Regina Reiss comenta um livro da Fundação Carlos Chagas acerca da condição feminina; Wilson de Lyra Chetab, do Rio de Janeiro, analisa o livro de Radmila Zygouris (*Ah, as belas línguas!*); Roberta Bertone comenta a reedição das *Memórias de Schreber* na tradução de Marlene Carone, que já estava esgotada há muito; Maria Inês Giua resenha um livro de Alberto Eiguer sobre terapia familiar; e Mariúcia Meireles de Alencar dá notícia do novo livro de Osmyr Faria Gabbi, sobre *Sentido e Referência em Freud* - um trabalho de pesquisa sobre uma das origens filosóficas da psicanálise, a saber, os trabalhos de John Stuart Mill.

Como se vê, um número substancial e diversificado... Lembramos aos prezados colegas do Departamento que receberão a revista normalmente, pelo correio, no final de junho ou nos primeiros dias de julho, caso tenham quitado a primeira semestralidade. Isto porque, nesta semestralidade, está incluída a assinatura de Percurso, com um significativo desconto em relação ao preço do exemplar avulso, que será de R\$ 30,00.

## II - Pulsões: Uma Orquestração Psicanalítica no Compasso entre o Corpo e o Objeto

Realizou-se no dia 26 de outubro de 1995, no Museu da Imagem e do Som, o lançamento do livro: "Pulsões: uma orquestração psicanalítica no compasso entre o corpo e o objetivo" de autoria de Alcimar A. de Souza Lima e Cleusa Pavan e contando com a colaboração de Marta S. Pulhães e Suzana Pacheco.

Mais de 120 pessoas tiveram seus livros autografados entre 19:00 e 23:00 horas. Os membros do Departamento de Psicanálise e a comunidade psicanalítica de São Paulo e São José dos Campos compareceram em peso. As conversas animadas, regadas a vinho e salgadinhos, pululavam das rodinhas

multidisciplinares das quais faziam parte médicos, psicanalistas, físicos, sociólogos, etc., criando um clima cultural e afetivo similar ao que está presente no livro publicado.

Renata Udler Cromberg

## III - Pulsão e seu Objeto - Droga

Estive ontem, dia 14 de maio, no lançamento de *Pulsão e seu Objeto - Droga: Estudo Psicanalítico sobre a Toxicomania*, primeiro livro de Décio Gurliukel. Trata-se de sua dissertação de mestrado que, sob a forma de livro publicado pela ed. Vozes, expõe sua pesquisa sobre o forte vínculo droga-toxicômano,

Essa publicação era muito esperada, inclusive porque resenha na revista *Percurso*, número 15, antecipou o labor de Décio.

O livro encaminha a questão central através de conceitos da psicanálise: princípio de prazer, os processos primário e secundário, o trauma narcísico, a

perda, a representação psíquica, a transferência e outras noções basilares da psicanálise são mostradas neste livro, como indica Mezan na apresentação do mesmo. Tenho o livro e vou ler.

Wilson Klain

## PONTO DE VISTA

### Notas para a Assembléia

ALGUMAS NOTAS PREPARATÓRIAS PARA A ASSEMBLÉIA DO DIA 20 DE ABRIL DE 1996.

Escolhi dois parágrafos do Relatório da Comissão Provisória de Pertinência, (datado em novembro de 1995), para fazer alguns comentários.

Primeiro Parágrafo (pág. 1): "A Comissão Provisória de Pertinência (eleita na Assembléia de 13/5/95) trabalhou desde aquele momento até agora, com o objetivo de apresentar uma proposta a ser votada pela Assembléia e que defina critérios e procedimentos para a entrada de novos membros no Departamento (objetivo inicial e parcial para uma política de pertinência)."

O produto de nosso trabalho produziu efeitos. Nesse sentido eu estou satisfeita. Os documentos preparados para esta Assembléia de hoje, 20 de abril de 1996, levantam questões que vem atravessando nosso corpo institucional faz muitos anos e que embora não são fáceis nem agradáveis, temos que encarar.

Segundo comentário: Considero que os trabalhos post-2 de dezembro/95 mostram que não é possível fazer uma regulamentação sobre a Abertura do Departamento sem resolver problemas internos muito complicados. O objetivo que a Comissão de 1995 se traçou foi (segundo diz o primeiro parágrafo) definir critérios e procedimentos para a entrada de novos membros ao Departamento, e fica explicitado no mesmo parágrafo que é um objetivo inicial e parcial para uma política de pertinência. Os membros daquela comissão, no decorrer do trabalho, perceberam que era impossível, nesta circunstância política, não revisar, questionar e atualizar a regulamentação a respeito dos atuais membros do Departamento. Mas não foi suficiente. Os documentos posteriores a dezembro/95 passaram a revisar, questionar

outros aspectos da organização do Departamento.

Terceiro comentário: Farei em seguida algumas considerações sobre os trabalhos post-2 de dezembro de 1995.

O caderno 1, "Comentários e propostas acerca da pertinência" coloca questões sobre a história, funcionamento e organização do Departamento de Psicologia que questionam a atual estrutura do Departamento e faz propostas concretas para modificá-la.

Último parágrafo (pág. 5): "Concluindo o trabalho realizado pela Comissão Provisória de Pertinência, esta apresenta para discussão e votação em Assembléia Geral do Departamento, uma proposta estruturada a partir das questões, respostas e processamento das mesmas".

Primeiro comentário: A Comissão foi provisória. Como consta nos parágrafos que escolhi, trabalhou durante os meses de junho, agosto, setembro e outubro de 1996, redigiu os dois documentos que passou em Novembro para a Comissão Coordenadora Geral do Departamento e chegou seu momento de concluir. A Comissão se formou com membros avulsos eleitos em Assembléia. Não constituía em nenhum momento um grupo homogêneo no sentido de chapa eleitoral. Digo isto, porque considero que nenhum grupo conformado por escolha própria ou por circunstâncias de trabalho possa ser homogêneo. Mas, quando existe intenção de uma chapa política as renúncias individuais tem outro peso. O trabalho da comissão provisória da qual participei foi difícil não só pela densidade da questão a ser trabalhada, sendo também por que as diferenças entre nós não eram poucas.

O objetivo daquele grupo de trabalho foi fazer um documento que permitisse lançar a discussão concreta sobre as possíveis formas de abertura do Departamento. Quando a gente sai dos problemas

abstratos, dos ideais sonhados, e parte para a tentativa de realização dos projetos se depara com inúmeros problemas. A minha intenção era que aquele relatório e aquela proposta possível e regulamentação fossem discutidas, corrigidas e transformadas. As discussões na Assembléia do dia 2 de dezembro de 1995 foram quentes e deixaram elementos para que novas propostas fossem formuladas.

Com respeito à proposta dos Ateliês teórico-clínicos (pág. 12) considero-a uma ótima forma de trabalho e me ofereço a participar na sua montagem.

A discussão da análise política que esse grupo faz "Da Potência Criativa e do Exercício do Poder" (págs. 6, 7, 8) e as questões levantadas sobre a história e dinâmica grupal do Departamento (págs. 4, 5), é imprescindível. Considero que essa discussão mereceria uma Jornada específica sobre os temas levantados, pela densidade e importância dos mesmos.

A partir da pág. 9, traz contribuições para a regulamentação a respeito de categorias de membros, situação dos membros atuais, dos alunos, dos professores, do processo de seleção, de quem seleciona...

O caderno 2 traz reflexões sobre a pertinência e sugestões para a regulamentação.

O caderno 3 desenvolve os efeitos da assembléia de dezembro de 1995. Escolhe a fala sobre "a falta de formalização", analisa as questões das hierarquias, a circulação do saber, e nos conduz a focalizar a importância de se repensar aquilo que este grupo denomina "Tobia a interlocução". O grupo adverte (ver pág. 1) que não apresenta nenhuma proposta de formalização sobre pertinência de membros ao Departamento.

O Caderno 1.S2 formula uma proposta referente ao "eixo" denominado CATEGORIA DE MEMBROS (ler atentamente).

Maria Cristina Ocariz

## AGENDA

### A Violência dentro da Família

O Núcleo de Referência às Vítimas da Violência irá promover um debate com o tema "A violência dentro da família e suas implicações na

realidade social brasileira" no dia 20 de junho de 1996 às 20:30 h. Entre os debatedores estarão representantes do Núcleo e profissionais

convidados de outras instituições envolvidos com a questão. Apareça.

# ERRATAS

## I - Debate Percurso

A propósito da transcrição do debate autoresleitores *Percurso* nº 14, esclareço que não procede o trecho do relato contido na pág. 7 do Boletim 21 (11/12 de 95), segundo o qual "David Calderoni observa que é possível mudar o modo de relação com o infantil sem mudar o infantil".

Conforme pode testemunhar Bernardo Tavis, a

quem me dirigia, e conforme podem recordar outros colegas presentes, não fiz uma observação, mas sim uma pergunta a Bernardo: "É possível mudar o modo de relação com o infantil sem mudar o infantil?"

O presente esclarecimento faz-se necessário, sobretudo porque penso exatamente o contrário do que me foi atribuído, isto é, considero que mudar o modo

de relação com o infantil implica mudar o infantil. Tal pensamento perspectiva a resposta profundamente positiva que dou a outra pergunta - esta sim, corretamente transcrita, pergunta que encerra o parágrafo voltado ao relato de minha participação naquele debate: "Há ou não transformação pela psicanálise?"

David Calderoni

## II - Texto Assembléia

Desculpamo-nos pelos muitos erros de português havidos na transcrição da Assembléia do último Boletim. Por um desencontro de informações, sua revisão não foi feita.

Conselho Editorial: Anna Corrêa, Camila Salles Gonçalves, Elisabeth Antonelli Gaiarra, Eva Wengtschowski,

Henriette A. Bucarechi, Maria de Lourdes Caleiro Costa

Produção Gráfica: Ribeiro Artes Gráficas - Fone: 575-8515.

Tiragem: 400 exemplares.